

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 47.731 - DF (2005/0010679-9)

RELATOR : **MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
R.P/ACÓRDÃO : **MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI**
AUTOR : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS**
RÉU : **AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL**
PROCURADOR : **ANTÔNIO DOMINGOS TEIXEIRA BEDRAN E OUTROS**
SUSCITANTE : **AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL**
ASSIST.LIT : **COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL
CENTRAL - CTBC TELECOM**

ADVOGADO : **JOSÉ ANTÔNIO LOMONACO**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE BRASÍLIA - SJ / DF**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 20A VARA DE BRASÍLIA - SJ/DF**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DE PORTO ALEGRE - RS**
SUSCITADO : **JUÍZO DA 1A VARA FEDERAL DE ARAÇATUBA - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 8A VARA DE CAMPINAS - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 7A VARA DE CAMPINAS - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 4A VARA DE CAMPINAS - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE FRANCA - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE FRANCA - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE MARÍLIA - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE MARÍLIA - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE MARÍLIA - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE ORLÂNDIA - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE PIRACICABA - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE PRESIDENTE PRUDENTE -
SJ/SP**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 4A VARA DE RIBEIRÃO PRETO - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE RIBEIRÃO PRETO - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 7A VARA DE RIBEIRÃO PRETO - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DE RIBEIRÃO PRETO - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE SÃO BERNARDO DO
CAMPO - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS -
SJ/SP**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO -
SJ/SP**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO -
SJ/SP**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE SANTO ANDRÉ - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE SANTO ANDRÉ - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE SANTOS - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 4A VARA DE SANTOS - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE SANTOS - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 8A VARA CÍVEL DE SANTOS - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL 3A VARA DE SÃO PAULO - SJ/ SP**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 9A VARA DE SÃO PAULO- SJ/SP**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE SÃO PAULO - SJ/SP**

Superior Tribunal de Justiça

SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 16A VARA DE SÃO PAULO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 23A VARA DE SÃO PAULO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 15A VARA DE SÃO PAULO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 19A VARA DE SÃO PAULO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE TAUBATÉ - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE CASCAVEL - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE FOZ DE IGUAÇU - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE CURITIBA - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 5A VARA DE CURITIBA - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE LONDRINA - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DE CURITIBA - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA VARA DE CONCÓRDIA - SJ/SC
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE CHAPECÓ - SJ/SC
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA VARA DE LAGES - SJ/SC
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE FLORIANÓPOLIS - SJ/SC
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE SALVADOR - SJ/BA
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE UBERLÂNDIA - SJ/MG
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE FORTALEZA - SJ/CE
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 5A VARA DE FORTALEZA - SJ/CE
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DE FORTALEZA - SJ/CE
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE LINHARES - ES
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVIL DE LINHARES - ES
SUSCITADO : TERCEIRA CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 20A VARA DO RIO DE JANEIRO - SJ/RJ
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE PETRÓPOLIS - SJ/RJ
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE CUIABÁ - SJ/MT
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE CUIABÁ - SJ/MT
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DE GIOÂNIA - SJ/GO
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 7A VARA DE GOIÂNIA - SJ/GO
LITIS. PAS : BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO : MARCELO RIBEIRO DE OLIVEIRA E OUTROS

EMENTA

PROCESSO CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DEMANDAS COLETIVAS E INDIVIDUAIS PROMOVIDAS CONTRA A ANATEL E EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO DE TELEFONIA. CONTROVÉRSIA A RESPEITO DA LEGITIMIDADE DA COBRANÇA DE TARIFA DE ASSINATURA BÁSICA NOS SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA. CONFLITO NÃO CONHECIDO.

1. A competência originária dos Tribunais é para julgar de conflitos de competência. E, no que se refere ao STJ, é para julgar conflitos de competência entre tribunais ou entre tribunal e juízes a ele não vinculados ou entre juízes vinculados a tribunais diversos (CF, art. 105, I, d).

2. Não se pode confundir conexão de causas ou incompetência de juízo com conflito de competência. A incompetência, inclusive a que porventura possa decorrer da conexão, é controlável, em cada caso, pelo próprio juiz de primeiro grau, mediante exceção, em se tratando de incompetência relativa (CPC, art. 112), ou mediante simples arguição incidental, em se tratando de incompetência absoluta (CPC, art. 113).

3. Ocorre conflito de competência nos casos do art. 115 do CPC, a saber: *"I - quando dois ou mais juízes se declaram competentes; II - quando dois ou mais juízes se consideram incompetentes; III - quando entre dois ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos"*. No caso dos autos, nenhuma dessas situações está configurada. Não foi demonstrada, nem sequer alegada, a existência de manifestação de juízes disputando a competência ou afirmando a incompetência em relação às demandas elencadas na petição.

4. A simples possibilidade de sentenças divergentes sobre a mesma questão jurídica não configura, por si só, conflito de competência. Não existe, em nosso sistema, um instrumento de controle, com eficácia *erga omnes*, da legitimidade (ou da interpretação), em face da lei, de atos normativos secundários (v.g., resoluções) ou de cláusulas padronizadas de contratos de adesão. Também não existe, nem mesmo em matéria constitucional, o instrumento da avocação, que permita concentrar o julgamento de múltiplos processos a respeito da mesma questão jurídica perante um mesmo tribunal e, muito menos, perante juiz de primeiro grau. Assim, a possibilidade de decisões divergentes a respeito da interpretação de atos normativos, primários ou secundários, ou a respeito de cláusulas de contrato de adesão, embora indesejável, é evento previsível, cujos efeitos o sistema busca minimizar com os instrumentos da uniformização de jurisprudência (CPC, art. 476), dos embargos de divergência (CPC, art. 546) e da afetação do julgamento a órgão colegiado uniformizador (CPC, art. 555, § 1º), dando ensejo, inclusive, à edição de súmulas (CPC, art. 479) e à fixação de precedente destinado a dar tratamento jurídico uniforme aos casos semelhantes. Mas a possibilidade de sentenças com diferente compreensão sobre a mesma tese jurídica não configura, por si só, um conflito de competência.

5. Considera-se existente, porém, conflito positivo de competência ante a possibilidade de decisões antagônicas nos casos em que há processos correndo em separado, envolvendo as mesmas partes e tratando da mesma causa. É o que ocorre, frequentemente, com a propositura de ações populares e ações civis públicas relacionadas a idênticos direitos transindividuais (= indivisíveis e sem titular determinado), fenômeno que é resolvido pela aplicação do art. 5º, § 3º, da Lei da Ação Popular (Lei 4.717/65) e do art. 2º, parágrafo único, da Lei da Ação Civil Pública (Lei 7.347/85), na redação dada pela Medida Provisória 2.180-35/2001.

6. No caso dos autos, porém, o objeto das demandas são direitos individuais homogêneos (= direitos divisíveis, individualizáveis, pertencentes a diferentes titulares). Ao contrário do que ocorre com os direitos transindividuais — invariavelmente tutelados por regime de

substituição processual (em ação civil pública ou ação popular) —, os direitos individuais homogêneos podem ser tutelados tanto por ação coletiva (proposta por substituto processual), quanto por ação individual (proposta pelo próprio titular do direito, a quem é facultado vincular-se ou não à ação coletiva). Do sistema da tutela coletiva, disciplinado na Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor - CDC, nomeadamente em seus arts. 103, III, combinado com os §§ 2º e 3º, e 104), resulta (a) que a ação individual pode ter curso independente da ação coletiva; (b) que a ação individual só se suspende por iniciativa do seu autor; e (c) que, não havendo pedido de suspensão, a ação individual não sofre efeito algum do resultado da ação coletiva, ainda que julgada procedente. Se a própria lei admite a convivência autônoma e harmônica das duas formas de tutela, fica afastada a possibilidade de decisões antagônicas e, portanto, o conflito.

7. Por outro lado, também a existência de várias ações coletivas a respeito da mesma questão jurídica não representa, por si só, a possibilidade de ocorrer decisões antagônicas envolvendo as mesmas pessoas. É que os substituídos processuais (= titulares do direito individual em benefício de quem se pede tutela coletiva) não são, necessariamente, os mesmos em todas as ações. Pelo contrário: o normal é que sejam pessoas diferentes, e, para isso, concorrem pelo menos três fatores: (a) a limitação da representatividade do órgão ou entidade autor da demanda coletiva (= substituto processual), (b) o âmbito do pedido formulado na demanda e (c) a eficácia subjetiva da sentença imposta por lei, que "*abrangerá apenas os substituídos que tenham, na data da propositura da ação, domicílio no âmbito de competência territorial do órgão prolator*" (Lei 9.494/97, art. 2º-A, introduzido pela Medida Provisória 2.180-35/2001).

8. No que se refere às ações coletivas indicadas pelo Suscitante, umas foram propostas por órgãos municipais de defesa do consumidor, a significar que os substituídos processuais (= beneficiados) são apenas os consumidores do respectivo município; há outras que foram propostas por Sindicatos (com base territorial limitada) ou por associações, em favor dos membros da categoria indicados em listagem anexada à inicial, os quais, portanto, são os únicos possíveis beneficiados com a sentença de procedência; e, finalmente, há as ações, nomeadamente as propostas pelo Ministério Público, em que a eficácia subjetiva da sentença está limitada, pelo próprio pedido ou por força de lei, aos titulares domiciliados no âmbito territorial do órgão prolator. Não se evidencia, portanto, em nenhum caso, a superposição de ações envolvendo os mesmos substituídos. Cumpre anotar, de qualquer modo, que eventual conflito dessa natureza — de improvável ocorrência —, estabelecido em face da existência de mais de uma demanda sobre a mesma base territorial, deverá ser dirimido não pelo STJ, mas pelo Tribunal Regional Federal a que estejam vinculados os juízes porventura conflitantes.

9. Não se pode confundir incompetência de juízo com ilegitimidade das partes. É absolutamente inviável que, a pretexto de julgar conflito de competência, o Tribunal faça, em caráter originário, sem o crivo das

Superior Tribunal de Justiça

instâncias ordinárias, um julgamento a respeito da legitimidade das partes, determinando a inclusão ou a exclusão de figurantes da relação processual. Conforme já assentado nessa Corte, "a competência para a causa é fixada levando em consideração a situação da demanda, tal como objetivamente proposta. Em se tratando de competência em razão da pessoa, o que se considera são os entes que efetivamente figuram na relação processual, e não os que dela poderiam ou deveriam figurar, cuja participação é fato futuro e incerto, dependente do que vier a ser decidido no curso do processo. A competência federal prevista no art. 109, I, da CF, tem como pressuposto a efetiva presença, no processo, de um dos entes federais ali discriminados" (AgRg no CC 47.497/PB, DJ de 09.05.2005). Essa orientação vem sendo reiteradamente adotada pela Seção, em precedentes sobre demandas a respeito da cobrança dos serviços de telefonia (v.g.: CC 48.447/SC, DJ de 13.06.2005; CC 47.032/SC, DJ de 16.05.2005; CC 47.016/SC, DJ de 18.04.2005; CC 47.878/PB, DJ de 23.05.2005).

10. O pedido de suspensão das ações individuais até o julgamento das ações coletivas, além de estranho aos limites do conflito de competência, não pode ser acolhido, não apenas pela autonomia de cada uma dessas demandas, mas também pela circunstância de que as ações individuais, na maioria dos casos, foram propostas por quem não figura como substituído processual em qualquer das ações coletivas.

11. Conflito não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, decide a Egrégia Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça, por maioria, após o voto de desempate do Sr. Ministro Franciulli Netto, não conhecer do conflito, vencidos os Srs. Ministros Francisco Falcão (Relator), Luiz Fux, João Otávio de Noronha e Eliana Calmon.

Os Srs. Ministro Castro Meira, Denise Arruda, Francisco Peçanha Martins e Franciulli Netto (voto-desempate) votaram com o Sr. Ministro Teori Zavascki (voto-vista), que lavrará o acórdão. Não participou do julgamento o Sr. Ministro José Delgado (RISTJ, art. 162, § 2º).

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Franciulli Netto.

Brasília, 14 de setembro de 2005.

MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI
Relator

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 47.731 - DF (2005/0010679-9)

RELATÓRIO

O EXMO. SR. MINISTRO FRANCISCO FALCÃO : Trata-se de conflito positivo de competência, com pedido de liminar, suscitado por ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, em face de diversos juízos federais e estaduais, onde foram ajuizadas ações coletivas, nas quais se discute acerca da legalidade da cobrança de tarifa de assinatura básica mensal, em desfavor das empresas concessionárias de telefonia fixa.

Afirma que a primeira ação coletiva foi proposta em 04/05/2000 na 3ª Vara Federal de Caxias do Sul/RS, tendo sido redistribuído o feito para a 6ª Vara Federal de Porto Alegre em 22/02/2001, e que todas as demais ações foram propostas após essa data, das quais destaca duas em tramitação na seção judiciária do Distrito Federal, 2ª e 20ª Varas Federais, ajuizadas respectivamente em 19/01/2004 e 22/09/2004.

Aduz que a matéria envolve análise de eventuais danos que extrapolam o âmbito local, sendo nítido caso de discussão acerca de dano de âmbito nacional, o que a seu ver atrairia a competência da Comarca do Distrito Federal.

Ressalta o surgimento de outras tantas demandas em todos os Estados da Federação, cujo objeto é a mencionada cobrança de assinatura básica - em razão de a concessionária disponibilizar ao usuário a fruição contínua do serviço -, levando a necessidade de ponderação quanto à multiplicação dos feitos e a insegurança jurídica que poderá advir de decisões conflitantes tomadas tanto em ações coletivas, quanto individuais sobre o mesmo tema, muitas com eficácia em todo o território nacional.

Alega ser parte passiva em todas as mencionadas ações, ter sede na Capital Federal e ser generalizado o dano, que atinge a todos os consumidores em todos os Estados da Federação, o que evidencia a competência do juízo federal do Distrito Federal, nos termos do CDC - Lei nº 8.078/90, art. 93, inciso II, e da jurisprudência desta Corte, que cita, CC nº 28.003/RJ, Relator Ministro NILSON NAVES, DJ de 11/03/2002, CC nº 39.590/RJ, Relator Ministro CASTRO MEIRA, DJ de 15/09/03, REsp nº 399.900/DF, Relator Ministro FRANCIULLI NETTO, DJ de 06/09/04.

Às fls. , foi deferida em parte a liminar, para reconhecer a competência do MM. Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, para a resolução das medidas de caráter urgente, com o sobrestamento dos feitos em trâmite perante os Juízos suscitados.

Superior Tribunal de Justiça

A BRASIL TELECOM S/A requereu a sua intervenção no feito como assistente litisconsorcial, o qual foi deferido às fls. 4.171/4.172, com a extensão da liminar a ela.

Em face dessa decisão, foi oposto embargos de declaração por BRASIL TELECOM S/A, oportunidade em que foi determinado o sobrestamento das ações individuais e outras demandas nos juízos federal e estadual, em conformidade com a relação de processos constantes dos docs. 2 a 4 da petição de fls. 2.679.

Determinou-se também a suspensão das tutelas urgentes concedidas, designando-se, para resolver as medidas urgentes, em caráter provisório, o MM. Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal. (fls. 4.177/4.179)

Às fls. 4.599/4.600 foi deferida a assistência litisconsorcial da COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL, CTBC TELECOM, assim como a extensão dos efeitos da liminar à ela.

Posteriormente, BRASIL TELECOM S/A postula a extensão dos efeitos da liminar concedida a processos a faz menção. (fls. 4.762/5.459)

Instado, o douto representante do Ministério Público Federal manifestou-se pelo conhecimento parcial do conflito (fls. 5.461/5.470).

Às fls. 5.494/5.501, CTBC TELECOM requer a extensão dos efeitos da liminar concedida a feitos cujos números faz menção.

BRASIL TELECOM S/A, às fls. 5.507/5.515, demanda a competência de julgamento de todos os feitos junto ao MM. Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal.

Novamente CTBC TELECOM junta uma lista de ações em que pede a extensão dos efeitos, fls. 5.512/5.538.

ADÃO RODRIGUES CARNEIRO e OUTROS, vêm, às fls. 5.540/5.611, requerer a sua admissão como litisconsortes passivos na lide, pleiteando também a antecipação dos efeitos da tutela em favor deles, para que seja dado prosseguimento às ações em que figuram como parte, junto ao Juizado Especial Cível Adjunto de Maracaju - MS.

JOSÉ MARTINS COUTINHO, autor da ação nº 001.04.121.202-0, que se encontra no rol previsto na inicial deste conflito, pede, às fls. 5.613/5.663, a declaração de incompetência da Justiça Federal, persistindo a competência do MM. Juízo da 4ª Vara Cível de Campo Grande - MS, onde o feito foi originalmente ajuizado.

Às fls. 5.688/5.707, a ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE DEFESA E INFORMAÇÃO DO CONSUMIDOR requer a reconsideração da decisão que determinou a

Superior Tribunal de Justiça

conexão da ação nº 2003.71.00.030735-4 aos feitos de tarifa básica de assinatura, porquanto tal feito trata de questão diversa, acerca da "*análise da hermenêutica do artigo 77 da resolução 85 da ANATEL*". Com isso, pede a manutenção da competência do Juízo da 6ª Vara Federal do Rio Grande do Sul.

É o relatório.

Em mesa, para julgamento.



Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 47.731 - DF (2005/0010679-9)

EMENTA

CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA. COBRANÇA DE TARIFA BÁSICA DE ASSINATURA MENSAL DE TELEFONIA. INTERESSE JURÍDICO DA ANATEL. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA FEDERAL.

I - Nas lides que tratam da legalidade da cobrança de assinatura básica mensal de telefonia, postuladas contra empresas concessionárias de serviço público, é necessária a intervenção da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, como litisconsorte passiva necessária, ante à repercussão do tema à referida agência reguladora, porquanto ela é responsável pela regulamentação e disciplina dos serviços de telefonia dentro do território nacional, inclusive definindo a política tarifária, conforme disciplina dos arts. 21, inciso XI, e 175 da Constituição Federal e da Lei nº 9.472/97.

II - Sendo a ANATEL parte no processo, é competente o Juízo Federal para o seu julgamento, em face da natureza autárquica de tal entidade, a teor do art. 109, inciso I, da Carta Magna. Precedente: REsp nº 573.475/RS, Rel. p/ Acórdão Min. LUIZ FUX, DJ de 16/08/04.

III - Para as ações coletivas, correto o julgamento dos feitos no foro do Distrito Federal, porquanto se verifica, na espécie, a abrangência nacional da questão em debate, eis que todos os consumidores, de uma forma genérica, serão atingidos pelas sentenças proferidas sobre a matéria em foco, conforme o disposto no art. 93, inciso II, do Código de Defesa do Consumidor.

IV - Em razão de a sede da ANATEL encontrar-se no Distrito Federal, é nessa Unidade da Federação que deverão ser julgados os feitos coletivos em comento, de acordo com o art. 100, inciso IV, alínea "a", da CF/88.

V - Em sede liminar, tendo sido reunidos todos os feitos no MM. Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, para a adoção de medidas urgentes, prudente a manutenção de tal Juízo, para julgar as causas coletivas, em atendimento ao princípio da economia processual.

VI - De acordo com a previsão dos arts. 6º, incisos VII e VIII, e 101, inciso I, do CDC, e a fim de permitir um livre acesso ao Poder Judiciário e de facilitar a defesa dos interesses dos consumidores, partes hipossuficientes na causa, justifica-se a competência do foro do domicílio dos autores, para o processamento e o julgamento das ações individuais.

VII - Sendo absoluta a competência dos Juizados Especiais Federais, deverão ser processados e julgados nesses os feitos individuais que se enquadrarem nos ditames da Lei nº 10.259/2001, quando houver Varas instaladas.

VIII - Conflito de competência conhecido, para declarar competente: o MM. Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, para os feitos coletivos; a respectiva Vara da Justiça Federal do domicílio do autor, para as ações individuais e o Juizado Especial Federal, para as causas individuais que se adequarem à Lei nº 10.259/2001.

VOTO VENCIDO

O EXMO. SR. MINISTRO FRANCISCO FALCÃO (RELATOR):

Superior Tribunal de Justiça

Presentes os pressupostos de admissibilidade, conheço do presente conflito de competência.

Trata-se, *in casu*, de diversas ações ajuizadas em diferentes Estados contra concessionárias de telefonia fixa, contestando a cobrança de assinatura básica mensal.

Com efeito, à União compete, privativamente, a exploração dos serviços de telecomunicações, mediante concessão e por meio da atuação de um órgão regulador, conforme determinam os seguintes dispositivos constitucionais, *verbis*:

"Art. 21. Compete à União:

(...omissis...)

XI - explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais;"

"Art. 175. Incumbe ao Poder Público, na forma da lei, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, sempre através de licitação, a prestação de serviços públicos.

Parágrafo único. A lei disporá sobre:

I - o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação, bem como as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão ou permissão;

II - os direitos dos usuários;

III - política tarifária;

IV - a obrigação de manter serviço adequado."

Sendo assim, a Lei nº 9.472/97, veio a regulamentar os referidos artigos constitucionais, com a criação da Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL, disciplinando os serviços de telecomunicações, dispondo, entre outras atribuições, *litteris*:

"Art. 8º Fica criada a Agência Nacional de Telecomunicações, entidade integrante da Administração Pública Federal indireta, submetida a regime autárquico especial e vinculada ao Ministério das Comunicações, com a função de órgão regulador das telecomunicações, com sede no Distrito Federal, podendo estabelecer unidades regionais.

(...omissis...)

Art. 19. À Agência compete adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras, atuando com independência, imparcialidade, legalidade, impessoalidade e publicidade, e especialmente:

(...omissis...)

X - expedir normas sobre prestação de serviços de telecomunicações no regime privado;

Superior Tribunal de Justiça

XI - expedir e extinguir autorização para prestação de serviço no regime privado, fiscalizando e aplicando sanções;"

Destarte, verifica-se que as agências reguladoras foram criadas para atuar como órgãos responsáveis pela normatização e pelo controle de alguns serviços públicos que são prestados neste país.

Nessa vertente, encontra-se a ANATEL, que, no caso específico dos autos, firmou contrato com as empresas privadas de telefonia, com o fito de ajustar a concessão de serviços como os de telefonia fixa em todo território nacional.

Constata-se, de forma clarividente, que a discussão travada entre o particular e a empresa concessionária, relativa à legalidade da cobrança de tarifa básica de assinatura residencial e comercial traz repercussão à ANATEL, porquanto cabe a ela fiscalizar a consecução dos aludidos serviços e mesmo intervir se o interesse público não estiver sendo atingido, inclusive com a definição da política tarifária.

Portanto, evidenciado o interesse jurídico da ANATEL nos processos em trâmite, necessária a sua intervenção nas lides como litisconsorte passiva necessária, o que desloca a competência para a Justiça Federal, a teor do art. 109, inciso I, da CF/88, em face da natureza autárquica de tal entidade.

Tratando de tema semelhante ao dos autos, a título de ilustração, confira-se o REsp nº 573.475/RS, Relator p/ Acórdão Ministro LUIZ FUX, DJ de 16/08/2004, p. 143, *ipsis litteris*:

"COBRANÇA DE TARIFA INTERURBANA PELA CONCESSIONÁRIA DE TELEFONIA. ANATEL. LEGITIMIDADE. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL.

1. Proposta a ação em face da Agência Reguladora Federal, de natureza autárquica, é competente a Justiça Federal. Acaso a pretensão não seja acolhida em face da mesma, a matéria é meritória. A legitimidade afere-se in abstracto (vera sint exposita).

2. No caso em tela, as ligações telefônicas emanadas de bairros de um mesmo Município eram cobradas a título de ligações locais. Com a implantação da denominada privatização dos serviços de telefonia, sem qualquer comunicação ou aviso prévios aos usuários, as conexões provindas ou endereçadas a algumas dessas localidades passaram a ser consideradas ligações interurbanas, com os conseqüentes reflexos na tarifação. Não se trata, portanto, de ação de repetição de indébito contra a concessionária, mas de ação civil pública em que se discute a delimitação da área urbana que autorize a cobrança da tarifa interurbana. Nesse segmento, a ANATEL deve atuar como litisconsorte passiva necessária,

Superior Tribunal de Justiça

posto tratar-se de serviço de utilidade pública e a contraprestação do serviço se perfaz com o pagamento de tarifa, cuja modificação e fixação é sempre vinculada à autorização do poder concedente.

3. Deveras, a definição sobre se as ligações locais podem ser cobradas como interurbanas prescinde de notório interesse da Agência reguladora em prol dos consumidores.

4. A Constituição Federal, em seu art. 21, inc. XI, dispõe: "Compete à União explorar, diretamente ou mediante autorização, concessão ou permissão, os serviços de telecomunicações, nos termos da lei, que disporá sobre a organização dos serviços, a criação de um órgão regulador e outros aspectos institucionais". Regulamentando o dispositivo constitucional supramencionado, foi publicada a Lei nº 9.472, de 1997 que, ao dispor sobre os serviços de telecomunicações, enfatizou o fortalecimento do papel regulador do Estado e o respeito aos direitos dos usuários, in verbis: Art. 19. À Agência Nacional de Telecomunicações compete adotar as medidas necessárias para o atendimento do interesse público e para o desenvolvimento das telecomunicações brasileiras, atuando com independência, imparcialidade, legalidade, impessoalidade e publicidade, e especialmente:

5. Dissentindo do voto do e. Ministro Relator, NEGOU PROVIMENTO ao recurso especial para reconhecer a legitimidade passiva da ANATEL e, conseqüentemente, a competência da Justiça Federal para julgar a ação civil pública"

Feitas tais observações, cumpre discutir-se acerca dos Juízos competentes para o julgamento das ações.

O Código de Defesa do Consumidor, em seu artigo 93, inciso II, trata da competência das ações coletivas em que se defendem os interesses do consumidor.

Nesse caso, correto o julgamento dos feitos coletivos no foro do Distrito Federal, porquanto se verifica, na espécie, a abrangência nacional da questão em debate, eis que todos os consumidores, de uma forma genérica, serão atingidos pelas sentenças proferidas sobre a matéria em foco.

Ademais, estabelecida a competência de acordo com a sede da pessoa jurídica a ser demandada, conforme disciplina do art. 100, inciso IV, alínea "a", da Constituição Federal, será o Distrito Federal o foro responsável por processar e julgar os feitos coletivos em apreço, eis que nessa Unidade da Federação está estabelecida a ANATEL.

Sendo assim, correta a reunião de todas as *actios* de cunho coletivo em um só Juízo, a fim de se evitarem decisões conflitantes sobre o mesmo tema, em atendimento ao princípio da segurança jurídica.

Com efeito, tendo sido deferida liminar com a reunião dos processos junto ao

Superior Tribunal de Justiça

MM. Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal, certo que deve ser preservada a competência de tal Juízo, para julgar as ações coletivas que tratem da questão afeita à cobrança de assinatura básica mensal de telefonia, em atendimento ao princípio da economia processual.

No que concerne aos feitos de natureza individual, o mesmo entendimento, contudo, não pode ser adotado, em razão da dificuldade que se criaria a cada consumidor de se deslocar de seu domicílio ao Foro do Distrito Federal.

Tal conclusão se reforça por meio do disposto no artigo 6º, incisos VII e VIII, do Código de Defesa do Consumidor, que prega o acesso do consumidor aos órgãos judiciários, assim como a facilitação da proteção de seus interesses.

Por sua vez, o artigo 101, inciso I, do CDC possibilita ao autor-consumidor a propositura do feito contra o fornecedor em seu domicílio.

Portanto, a fim de atender aos interesses da parte hipossuficiente na causa, no caso o consumidor, é que se justifica a competência do foro do domicílio dos autores, para o processamento e o julgamento das ações individuais.

Nesse diapasão, confira-se o seguinte precedente, *litteris*:

"Processo civil. Competência. Ação de indenização em decorrência de recusa de pagamento de indenização acordada em contrato de seguro de vida celebrado com fundação pública federal. Justiça Federal. Relação de consumo. Dificuldade dos beneficiários em acompanhar o processo no Distrito Federal. Acesso à Justiça. Arts. 6º, VII, e 101, I, do Código de Defesa do Consumidor.

- Compete à Justiça Federal processar e julgar ação de indenização proposta por beneficiários de contrato de seguro de vida celebrado com fundação pública federal, equiparada à autarquia federal para a aplicação do disposto no art. 109, I, da Constituição Federal.

- Evidenciadas a existência de relação de consumo e a dificuldade dos autores-consumidores em acompanhar o andamento do processo no Distrito Federal, competente para a ação é o Juízo Federal da 2ª Vara Federal de Chapecó-SC, por ser essa cidade, na qual há vara federal, a mais próxima do domicílio dos autores, de maneira a garantir o direito do consumidor de acesso à Justiça, em consonância com o disposto nos arts. 6º, VII, e 101, I, do Código de Defesa do Consumidor" (CC nº 37.681/SC, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, DJ de 13/10/2003, p. 224; RSTJ vol. 180, p. 317).

Por oportuno, relativamente às causas propostas junto às Varas dos Juizados Especiais, o douto *Parquet* bem elucidou a *quaestio* em seus fundamentos, motivo pelo qual

Superior Tribunal de Justiça

transcrevo as suas bem elucidadas palavras, *in verbis*:

"Por último, a Lei nº 10.259/2001, que instituiu os Juizados Especiais Federais, em seu art. 3º, § 4º, dispõe que onde houver instalada Vara do Juizado Especial Federal a sua competência será absoluta, o que obsta a prorrogação de competência, por conexão, para a matéria ser apreciada em Vara Federal comum.

Em razão desta disposição legal, as ações individuais propostas nas Varas Cíveis Estaduais e nos Juizados Especiais Cíveis Estaduais que forem remetidas à Justiça Federal e se enquadrarem nos requisitos da Lei 10.248/2001 devem ser submetidas a julgamento pelo Juizado Especial Federal.

Em sentido contrário, quando não houver Vara do Juizado Especial Federal próximo ao domicílio do autor, as ações originariamente propostas no Juizado Cível Estadual deverão ser remetidas a Vara Federal Cível e serem processadas pelo rito comum" (fls. 5.469/5.470).

Não obstante tais considerações, ainda assim não estaria de todo afastado o risco de serem prolatadas decisões conflitantes entre si, ameaçando a segurança jurídica.

Assim sendo, levando em conta os efeitos *erga omnes* resultantes do julgamento de mérito das ações coletivas já ajuizadas e a possibilidade legal de que haja a suspensão de processos caso a sentença de mérito dependa do julgamento de outra causa, conforme reza o art. 265, IV, 'a', do Código de Processo Civil, entendo pela necessidade, *in casu*, de que as ações individuais ajuizadas sejam sobrestadas até o julgamento das ações coletivas.

A possibilidade de tal suspensão pode ser reforçada igualmente quando se constata a previsão do Código de Defesa do Consumidor, em seu art. 104, de que os autores das ações individuais, caso queiram beneficiar-se dos resultados advindos de ações coletivas, requeiram a suspensão das ações por eles ajuizadas.

Posto isso, declaro competente o Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal para as ações coletivas e, em observância à segurança jurídica, determino o sobrestamento das ações individuais ajuizadas, aí se incluindo as dos Juizados Especiais Federais.

Por último, ficam prejudicadas as petições de fls. 4.762/5.459, 5.494/5.501, 5.507/5.515, 5.512/5.538, 5.540/5.611, 5.613/5.663 e 5.688/5.707.

É como voto.

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 47.731 - DF (2005/0010679-9)

PRELIMINAR SUSCITADA

O EXMO. SR. MINISTRO LUIZ FUX: Sr. Presidente, no âmbito do direito privado, a tese da competência é ora abordada em recurso especial ora abordada em conflito de competência, mas sem a conotação do direito público de reunir as ações em razão da intervenção dessa agência reguladora, pois ela não tem competência para apreciar essa questão. Houvesse intervenção na agência reguladora, a causa nem iria para a Seção de direito privado.

A uniformização de jurisprudência pressupõe uma jurisprudência divergente sobre o mesmo tema à luz das mesmas circunstâncias fáticas e jurídicas. Essa matéria compete à nossa Seção.

Rejeito o incidente de uniformização.

PRESIDENTE O SR. MINISTRO FRANCIULLI NETTO
RELATOR O SR. MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
SESSÃO DA PRIMEIRA SEÇÃO: 10/08/2005

Nota Taquigráfica

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 47.731 - DF (2005/0010679-9)

VOTO

O EXMO. SR. MINISTRO LUIZ FUX: Sr. Presidente, a tese da Seção é a seguinte: quando a Anatel não está no processo, não tem autarquia federal, a competência é da Justiça Estadual. É assim que decidimos. Se o juiz federal se diz incompetente, nós, do Superior Tribunal de Justiça, vamos louvar sua decisão? Nossa competência é para derrogar a decisão dele.

Conheço do conflito para declarar competente o respeitável Juízo da Segunda Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal para os feitos coletivos, sobrestadas as ações individuais em geral, acompanhando o voto do Sr. Ministro-Relator.

PRESIDENTE O SR. MINISTRO FRANCIULLI NETTO
RELATOR O SR. MINISTRO FRANCISCO FALCÃO
SESSÃO DA PRIMEIRA SEÇÃO: 10/8/2005

Nota Taquigráfica

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PRIMEIRA SEÇÃO**

Número Registro: 2005/0010679-9

CC 47731 / DF

Números Origem: 10572004 18982004 199970050032821 200170020006695 200171000025753
200381000158716 2004106209 200433000218446 200434000016631
200434000294592 200435000101489 200435000186704 200438030061819
200451010203981 200451060012289 200461000206022 200461000226021
200461000253085 200461000253632 200461000264927 200461000294063
200461020085613 200461020085662 200461020101151 200461020101217
200461030061435 200461040063088 200461040063106 200461040078274
200461040098108 200461050099468 200461050099493 200461050099500
200461060063100 200461060090942 200461070048090 200461090053959
200461110025022 200461110027754 200461110028436 200461120063342
200461130028867 200461130031192 200461140061491 200461210034550
200461260045324 200461260046470 200470000245181 200470000268284
200470000330846 200470000341480 200470010084080 200472000149792
200472020029172 200472060015470 200472120008063 200481000204690 200494307
300400096387 30040077189 30040079805 30040082411 30049001263 30049001271

EM MESA

JULGADO: 10/08/2005

Relator

Exmo. Sr. Ministro **FRANCISCO FALCÃO**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **FRANCIULLI NETTO**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **MOACIR GUIMARÃES MORAIS FILHO**

Secretária

Bela. Zilda Carolina Vêras Ribeiro de Souza

AUTUAÇÃO

| | |
|------------|---|
| AUTOR | : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS |
| RÉU | : AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL |
| PROCURADOR | : ANTÔNIO DOMINGOS TEIXEIRA BEDRAN E OUTROS |
| SUSCITANTE | : AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL |
| ASSIST.LIT | : COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM |
| ADVOGADO | : JOSÉ ANTÔNIO LOMONACO |
| SUSCITADO | : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE BRASÍLIA - SJ / DF |
| SUSCITADO | : JUÍZO FEDERAL DA 20A VARA DE BRASÍLIA - SJ/DF |
| SUSCITADO | : JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DE PORTO ALEGRE - RS |
| SUSCITADO | : JUÍZO DA 1A VARA FEDERAL DE ARAÇATUBA - SJ/SP |
| SUSCITADO | : JUÍZO FEDERAL DA 8A VARA DE CAMPINAS - SJ/SP |
| SUSCITADO | : JUÍZO FEDERAL DA 7A VARA DE CAMPINAS - SJ/SP |
| SUSCITADO | : JUÍZO FEDERAL DA 4A VARA DE CAMPINAS - SJ/SP |
| SUSCITADO | : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE FRANCA - SJ/SP |
| SUSCITADO | : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE FRANCA - SJ/SP |
| SUSCITADO | : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE MARÍLIA - SJ/SP |
| SUSCITADO | : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE MARÍLIA - SJ/SP |

Superior Tribunal de Justiça

SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE MARÍLIA - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE ORLÂNDIA - SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE PIRACICABA - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE PRESIDENTE PRUDENTE - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 4A VARA DE RIBEIRÃO PRETO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE RIBEIRÃO PRETO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 7A VARA DE RIBEIRÃO PRETO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DE RIBEIRÃO PRETO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE SANTO ANDRÉ - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE SANTO ANDRÉ - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE SANTOS - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 4A VARA DE SANTOS - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE SANTOS - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 8A VARA CÍVEL DE SANTOS - SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL 3A VARA DE SÃO PAULO - SJ/ SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 9A VARA DE SÃO PAULO- SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE SÃO PAULO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 16A VARA DE SÃO PAULO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 23A VARA DE SÃO PAULO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 15A VARA DE SÃO PAULO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 19A VARA DE SÃO PAULO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE TAUBATÉ - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE CASCAVEL - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE FOZ DE IGUAÇU - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE CURITIBA - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 5A VARA DE CURITIBA - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE LONDRINA - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DE CURITIBA - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA VARA DE CONCÓRDIA - SJ/SC
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE CHAPECÓ - SJ/SC
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA VARA DE LAGES - SJ/SC
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE FLORIANÓPOLIS - SJ/SC
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE SALVADOR - SJ/BA
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE UBERLÂNDIA - SJ/MG
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE FORTALEZA - SJ/CE
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 5A VARA DE FORTALEZA - SJ/CE
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DE FORTALEZA - SJ/CE
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE LINHARES - ES
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVIL DE LINHARES - ES
SUSCITADO : TERCEIRA CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 20A VARA DO RIO DE JANEIRO - SJ/RJ
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE PETRÓPOLIS - SJ/RJ
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE CUIABÁ - SJ/MT
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE CUIABÁ - SJ/MT
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DE GIOÂNIA - SJ/GO
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 7A VARA DE GOIÂNIA - SJ/GO
LITIS. PAS : BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO : MARCELO RIBEIRO DE OLIVEIRA E OUTROS

ASSUNTO: Tributário - Tarifa - Telecomunicações

Superior Tribunal de Justiça

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia PRIMEIRA SEÇÃO, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"A Seção, por maioria, vencido o Sr. Ministro Francisco Peçanha Martins, rejeitou o incidente de uniformização de jurisprudência suscitado pelo Ministério Público Federal, e, no mérito, após o voto do Sr. Ministro Relator e os votos dos Srs. Ministros Luiz Fux e João Otávio de Noronha, que conheciam do conflito de competência e declaravam competente o MM. Juízo da 2a. Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal para os feitos coletivos, sobrestando as ações individuais em geral, incluídas as da Lei nº 10.259/2001, que são da competência da Justiça Federal, pediu vista o Sr. Ministro Teori Albino Zavascki."

Aguardam os Srs. Ministros Castro Meira, Denise Arruda, Francisco Peçanha Martins e Eliana Calmon.

Ausente, justificadamente, o Sr. Ministro José Delgado.

Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Franciulli Netto.

Brasília, 10 de agosto de 2005

Zilda Carolina Vêras Ribeiro de Souza
Secretária

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 47.731 - DF (2005/0010679-9)

RELATOR : **MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AUTOR : **MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS**
RÉU : **AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL**
PROCURADOR : **ANTÔNIO DOMINGOS TEIXEIRA BEDRAN E OUTROS**
SUSCITANTE : **AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL**
ASSIST.LIT : **COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL
CENTRAL - CTBC TELECOM**
ADVOGADO : **JOSÉ ANTÔNIO LOMONACO**
SUSCITADO : **JUIZO FEDERAL DA 2A VARA DE BRASÍLIA - SJ / DF**
SUSCITADO : **JUIZO FEDERAL DA 20A VARA DE BRASÍLIA - SJ/DF**
SUSCITADO : **JUIZO FEDERAL DA 6A VARA DE PORTO ALEGRE - RS**
SUSCITADO : **JUIZO DA 1A VARA FEDERAL DE ARAÇATUBA - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUIZO FEDERAL DA 8A VARA DE CAMPINAS - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUIZO FEDERAL DA 7A VARA DE CAMPINAS - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUIZO FEDERAL DA 4A VARA DE CAMPINAS - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUIZO FEDERAL DA 2A VARA DE FRANCA - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE FRANCA - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE MARÍLIA - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUIZO FEDERAL DA 2A VARA DE MARÍLIA - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DE MARÍLIA - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUIZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE ORLÂNDIA - SP**
SUSCITADO : **JUIZO FEDERAL DA 2A VARA DE PIRACICABA - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DE PRESIDENTE PRUDENTE -
SJ/SP**
SUSCITADO : **JUIZO FEDERAL DA 4A VARA DE RIBEIRÃO PRETO - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DE RIBEIRÃO PRETO - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUIZO FEDERAL DA 7A VARA DE RIBEIRÃO PRETO - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUIZO FEDERAL DA 6A VARA DE RIBEIRÃO PRETO - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DE SÃO BERNARDO DO
CAMPO - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUIZO FEDERAL DA 3A VARA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS -
SJ/SP**
SUSCITADO : **JUIZO FEDERAL DA 2A VARA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO -
SJ/SP**
SUSCITADO : **JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO -
SJ/SP**
SUSCITADO : **JUIZO FEDERAL DA 2A VARA DE SANTO ANDRÉ - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE SANTO ANDRÉ - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUIZO FEDERAL DA 1A VARA DE SANTOS - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUIZO FEDERAL DA 4A VARA DE SANTOS - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUIZO FEDERAL DA 2A VARA DE SANTOS - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUIZO DE DIREITO DA 8A VARA CÍVEL DE SANTOS - SP**
SUSCITADO : **JUIZO FEDERAL 3A VARA DE SÃO PAULO - SJ/ SP**
SUSCITADO : **JUIZO FEDERAL DA 9A VARA DE SÃO PAULO- SJ/SP**
SUSCITADO : **JUIZO FEDERAL DA 2A VARA DE SÃO PAULO - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUIZO FEDERAL DA 16A VARA DE SÃO PAULO - SJ/SP**
SUSCITADO : **JUIZO FEDERAL DA 23A VARA DE SÃO PAULO - SJ/SP**

Superior Tribunal de Justiça

SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 15A VARA DE SÃO PAULO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 19A VARA DE SÃO PAULO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE TAUBATÉ - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE CASCAVEL - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE FOZ DE IGUAÇU - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE CURITIBA - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 5A VARA DE CURITIBA - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE LONDRINA - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DE CURITIBA - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA VARA DE CONCÓRDIA - SJ/SC
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE CHAPECÓ - SJ/SC
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA VARA DE LAGES - SJ/SC
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE FLORIANÓPOLIS - SJ/SC
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE SALVADOR - SJ/BA
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE UBERLÂNDIA - SJ/MG
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE FORTALEZA - SJ/CE
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 5A VARA DE FORTALEZA - SJ/CE
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DE FORTALEZA - SJ/CE
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE LINHARES - ES
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVIL DE LINHARES - ES
SUSCITADO : TERCEIRA CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 20A VARA DO RIO DE JANEIRO - SJ/RJ
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE PETRÓPOLIS - SJ/RJ
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE CUIABÁ - SJ/MT
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE CUIABÁ - SJ/MT
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DE GIOÂNIA - SJ/GO
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 7A VARA DE GOIÂNIA - SJ/GO
LITIS. PAS : BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO : MARCELO RIBEIRO DE OLIVEIRA E OUTROS

VOTO-VISTA

PROCESSO – CIVIL. CONFLITO DE COMPETÊNCIA. DEMANDAS COLETIVAS E INDIVIDUAIS PROMOVIDAS CONTRA A ANATEL E EMPRESAS CONCESSIONÁRIAS DE SERVIÇO DE TELEFONIA. CONTROVÉRSIA A RESPEITO DA LEGITIMIDADE DA COBRANÇA DE TARIFA DE ASSINATURA BÁSICA NOS SERVIÇOS DE TELEFONIA FIXA. CONFLITO NÃO CONHECIDO.

1. A competência originária dos Tribunais é para julgar de conflitos de competência. E, no que se refere ao STJ, é para julgar conflitos de competência entre tribunais ou entre tribunal e juízes a ele não vinculados ou entre juízes vinculados a tribunais diversos (CF, art. 105, I, d).

2. Não se pode confundir conexão de causas ou incompetência de juízo com conflito de competência. A incompetência, inclusive a que porventura possa decorrer da conexão, é controlável, em cada caso, pelo próprio juiz de primeiro grau, mediante exceção, em se tratando de incompetência relativa (CPC, art. 112), ou mediante simples arguição incidental, em se tratando de incompetência absoluta (CPC, art. 113).

3. Ocorre conflito de competência nos casos do art. 115 do CPC, a saber: *"I - quando dois ou mais juízes se declaram competentes; II - quando dois ou mais juízes se consideram incompetentes; III - quando entre dois ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos"*. No caso dos autos, nenhuma dessas situações está configurada. Não foi demonstrada, nem sequer alegada, a existência de manifestação de juízes disputando a competência ou afirmando a incompetência em relação às demandas elencadas na petição.

4. A simples possibilidade de sentenças divergentes sobre a mesma questão jurídica não configura, por si só, conflito de competência. Não existe, em nosso sistema, um instrumento de controle, com eficácia *erga omnes*, da legitimidade (ou da interpretação), em face da lei, de atos normativos secundários (v.g., resoluções) ou de cláusulas padronizadas de contratos de adesão. Também não existe, nem mesmo em matéria constitucional, o instrumento da avocação, que permita concentrar o julgamento de múltiplos processos a respeito da mesma questão jurídica perante um mesmo tribunal e, muito menos, perante juiz de primeiro grau. Assim, a possibilidade de decisões divergentes a respeito da interpretação de atos normativos, primários ou secundários, ou a respeito de cláusulas de contrato de adesão, embora indesejável, é evento previsível, cujos efeitos o sistema busca minimizar com os instrumentos da uniformização de jurisprudência (CPC, art. 476), dos embargos de divergência (CPC, art. 546) e da afetação do julgamento a órgão colegiado uniformizador (CPC, art. 555, § 1º), dando ensejo, inclusive, à edição de súmulas (CPC, art. 479) e à fixação de precedente destinado a dar tratamento jurídico uniforme aos casos semelhantes. Mas a possibilidade de sentenças com diferente compreensão sobre a mesma tese jurídica não configura, por si só, um conflito de competência.

5. Considera-se existente, porém, conflito positivo de competência ante a possibilidade de decisões antagônicas nos casos em que há processos correndo em separado, envolvendo as mesmas partes e tratando da mesma causa. É o que ocorre, freqüentemente, com a propositura de ações populares e ações civis públicas relacionadas a idênticos direitos transindividuais (= indivisíveis e sem titular determinado), fenômeno que é resolvido pela aplicação do art. 5º, § 3º, da Lei da Ação Popular (Lei 4.717/65) e do art. 2º, parágrafo único, da Lei da Ação Civil Pública (Lei 7.347/85), na redação dada pela Medida Provisória 2.180-35/2001.

6. No caso dos autos, porém, o objeto das demandas são direitos individuais homogêneos (= direitos divisíveis, individualizáveis, pertencentes a diferentes titulares). Ao contrário do que ocorre com os direitos transindividuais — invariavelmente tutelados por regime de substituição processual (em ação civil pública ou ação popular) —, os direitos individuais homogêneos podem ser tutelados tanto por ação coletiva (proposta por substituto processual), quanto por ação individual (proposta pelo próprio titular do direito, a quem é facultado vincular-se ou não à ação coletiva). Do sistema da tutela coletiva, disciplinado na Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor - CDC, nomeadamente em seus arts. 103, III, combinado com os §§ 2º e 3º, e 104), resulta (a)

que a ação individual pode ter curso independente da ação coletiva; (b) que a ação individual só se suspende por iniciativa do seu autor; e (c) que, não havendo pedido de suspensão, a ação individual não sofre efeito algum do resultado da ação coletiva, ainda que julgada procedente. Se a própria lei admite a convivência autônoma e harmônica das duas formas de tutela, fica afastada a possibilidade de decisões antagônicas e, portanto, o conflito.

7. Por outro lado, também a existência de várias ações coletivas a respeito da mesma questão jurídica não representa, por si só, a possibilidade de ocorrer decisões antagônicas envolvendo as mesmas pessoas. É que os substituídos processuais (= titulares do direito individual em benefício de quem se pede tutela coletiva) não são, necessariamente, os mesmos em todas as ações. Pelo contrário: o normal é que sejam pessoas diferentes, e, para isso, concorrem pelo menos três fatores: (a) a limitação da representatividade do órgão ou entidade autor da demanda coletiva (= substituto processual), (b) o âmbito do pedido formulado na demanda e (c) a eficácia subjetiva da sentença imposta por lei, que *"abrangerá apenas os substituídos que tenham, na data da propositura da ação, domicílio no âmbito de competência territorial do órgão prolator"* (Lei 9.494/97, art. 2º-A, introduzido pela Medida Provisória 2.180-35/2001).

8. No que se refere às ações coletivas indicadas pelo Suscitante, umas foram propostas por órgãos municipais de defesa do consumidor, a significar que os substituídos processuais (= beneficiados) são apenas os consumidores do respectivo município; há outras que foram propostas por Sindicatos (com base territorial limitada) ou por associações, em favor dos membros da categoria indicados em listagem anexada à inicial, os quais, portanto, são os únicos possíveis beneficiados com a sentença de procedência; e, finalmente, há as ações, nomeadamente as propostas pelo Ministério Público, em que a eficácia subjetiva da sentença está limitada, pelo próprio pedido ou por força de lei, aos titulares domiciliados no âmbito territorial do órgão prolator. Não se evidencia, portanto, em nenhum caso, a superposição de ações envolvendo os mesmos substituídos. Cumpre anotar, de qualquer modo, que eventual conflito dessa natureza — de improvável ocorrência —, estabelecido em face da existência de mais de uma demanda sobre a mesma base territorial, deverá ser dirimido não pelo STJ, mas pelo Tribunal Regional Federal a que estejam vinculados os juízes porventura conflitantes.

9. Não se pode confundir incompetência de juízo com ilegitimidade das partes. É absolutamente inviável que, a pretexto de julgar conflito de competência, o Tribunal faça, em caráter originário, sem o crivo das instâncias ordinárias, um julgamento a respeito da legitimidade das partes, determinando a inclusão ou a exclusão de figurantes da relação processual. Conforme já assentado nessa Corte, "a competência para a causa é fixada levando em consideração a situação da demanda, tal como objetivamente proposta. Em se tratando de competência em razão da pessoa, o que se considera são os entes que efetivamente figuram na relação processual, e não os que dela poderiam ou deveriam figurar, cuja participação é fato futuro e incerto, dependente do que vier a ser

decidido no curso do processo. A competência federal prevista no art. 109, I, da CF, tem como pressuposto a efetiva presença, no processo, de um dos entes federais ali discriminados" (AgRg no CC 47.497/PB, DJ de 09.05.2005). Essa orientação vem sendo reiteradamente adotada pela Seção, em precedentes sobre demandas a respeito da cobrança dos serviços de telefonia (v.g.: CC 48.447/SC, DJ de 13.06.2005; CC 47.032/SC, DJ de 16.05.2005; CC 47.016/SC, DJ de 18.04.2005; CC 47.878/PB, DJ de 23.05.2005).

10. O pedido de suspensão das ações individuais até o julgamento das ações coletivas, além de estranho aos limites do conflito de competência, não pode ser acolhido, não apenas pela autonomia de cada uma dessas demandas, mas também pela circunstância de que as ações individuais, na maioria dos casos, foram propostas por quem não figura como substituído processual em qualquer das ações coletivas.

11. Conflito não conhecido.

O EXMO. SR. MINISTRO TEORI ALBINO ZAVASCKI:

1. Cuida-se de conflito de competência suscitado pela Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL em face dos Juízos Federais e de Direito acima indicados, objetivando "ver definido o juízo competente para o julgamento de diversas demandas de índole coletiva e individual, cujo objeto é a discussão a respeito da validade da assinatura básica cobrada pelas operadoras de serviço de telefonia fixo comutado - STFC, tarifa esta autorizada contratualmente pela ora suscitante" (fl. 7), sob alegação, em síntese, de que (a) a primeira demanda coletiva foi ajuizada, em 04.05.2000 perante o Juízo da 3ª Vara Federal de Caxias do Sul, RS, tendo sido, em 22.02.2001, redistribuída para a 6ª Vara Federal de Porto Alegre, RS; (b) posteriormente, várias outras ações, individuais e coletivas, foram propostas, com idêntico objeto, em todos os Estados da Federação; (c) tendo em vista que o dano apontado é de âmbito nacional, a competência para as ações coletivas é da comarca do Distrito Federal; (d) a insegurança jurídica resultante da possibilidade de decisões divergentes, algumas com eficácia em todo o território nacional, impõe a reunião das ações; (e) estando sediada na Capital Federal, é parte passiva em todas as ações; (f) a teor dos arts. 2º, § único, da Lei 7.347/85 e 103 do CPC, é possível a reunião por conexão não apenas das ações civis públicas, mas ainda das demandas individuais; (g) existem já provimentos judiciais discrepantes, uma vez que alguns juízes determinaram liminarmente a suspensão da cobrança, ao passo que outros a mantiveram, restando a agência reguladora, ora suscitante, sem saber se deve proibir ou permitir a cobrança da tarifa de assinatura básica. Pretende o reconhecimento da competência da 2ª Vara Federal de Brasília, DF, ou, sucessivamente, o da 6ª Vara Federal de Porto Alegre, RS, ao qual ocorreu a distribuição da primeira ação coletiva.

Ajuizado o conflito durante o recesso forense, coube ao Ministro Presidente a apreciação do pedido liminar, que deferiu em parte, "para determinar o sobrestamento dos processos (ações coletivas) em trâmite perante os diversos Juízos Federais aqui indicados, designando o Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal para resolver, em caráter provisório, as medidas urgentes" (fl. 1742), alinhando as seguintes considerações principais:

"Em todas as demandas aqui envolvidas se busca a tutela de direitos do consumidor, decorrentes de origem comum – validade da cobrança da assinatura básica, pelas operadoras de serviço de telefonia fixo comutado - STFC –, tarifa essa contratualmente autorizada pela ANATEL, ora suscitante. Indiscutível, pois, a conexão das ações. E o risco de decisões contraditórias, se julgadas tais ações separadamente.

(...) Portanto, o dano supostamente existente atinge a todos os consumidores na mesma situação, em todo o país; é, portanto, dano de âmbito nacional. A ANATEL, que

Superior Tribunal de Justiça

integra o pólo passivo de todas as ações, tem sede em Brasília/DF.

O Código de Defesa do Consumidor, art. 93, II, expressa a competência para a causa do *'foro da Capital do Estado ou no Distrito Federal para os danos de âmbito nacional ou regional, aplicando-se as regras do Código de Processo Civil aos casos de competência concorrente'*. O CPC, art. 100, IV, estabelece a competência do foro *'do lugar, a) onde está a sede, para a ação em que for ré a pessoa jurídica'*.

É certo que pelo critério da prevenção seria competente, para as ações coletivas, o Juízo da 6ª Vara Federal de Porto Alegre, da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, onde distribuída a primeira ação (CPC, arts. 103 e 106). Também não desconheço precedente desta Corte nesse sentido (CC 35.590-RJ).

Todavia, aqui se aliam elementos outros, como o foro privilegiado da ANATEL, a norma da Lei 8.078/90, art. 93, II, e o fato de haver várias ações coletivas (e individuais) espalhadas por todo o território nacional, a aconselhar o temperamento das regras.

(...)

Nessa linha, e por uma questão puramente de política judiciária, de bom senso, de priorizar o interesse público, aqui afeiçoado ao bem comum, tenho por conveniente que seja definida a competência do Juízo Federal de Brasília, Seção Judiciária do Distrito Federal, para essas ações coletivas, eis que interessa a todos os consumidores do Brasil, e é muitíssimo mais fácil vir do Ceará ou de Minas Gerais ao Distrito Federal, localizado no centro do país, do que ir ao Rio Grande do Sul. Mais fácil, mais rápido e mais barato.

Quanto às ações individuais, em tramitação na Justiça Federal e na Justiça Estadual, a sua reunião às ações coletivas não se mostra possível, vez que implicaria alteração de competência absoluta, que não permite ser modificada por conexão (CPC, art. 102). (...)

Podem, portanto, as ações individuais tramitar independentemente das ações coletivas. Ao depois, vale realçar que o Código de Defesa do Consumidor veio para inovar, para proteger o direito do consumidor, hipossuficiente, e, assim sendo, não se afigura razoável, pelo ângulo lógico e prático, que seja o consumidor, pessoa física ou jurídica, obrigado a se deslocar de seu domicílio para litigar com a concessionária de serviço público. Isso seria o mesmo que lhe negar acesso à Justiça, ao direito de ação constitucionalmente assegurado." (fls. 1739-1742)

Pela petição de fls. 2679-2689, pleiteou Brasil Telecom S/A seu ingresso no presente Conflito na qualidade de assistente litisconsorcial da suscitante, sob alegação de que, sendo também concessionária do STFC, tem interesse no deslinde do feito, devendo poder apresentar suas razões de mérito, bem assim noticiar a existência de outras demandas, "sobre as quais a liminar deve ter seus efeitos estendidos". Informou ter contra si ajuizadas mais de 15.000 ações. Sustenta que, tendo a ANATEL requerido a reunião das ações, evidencia-se seu interesse jurídico na solução da controvérsia, de sorte que, nos termos da Súmula 150/STJ, sua apreciação é de competência da Justiça Federal. Pediu, além do deferimento do ingresso e da extensão dos efeitos da liminar, a reunião da totalidade das ações perante a 2ª Vara Federal de Brasília, DF, ou, sucessivamente, caso se entenda pela reunião apenas das ações coletivas, perante a 4ª Vara Federal de Brasília, DF, ao qual foi distribuída a primeira dessas ações. Requer, finalmente, a anulação da totalidade dos atos decisórios dos juízos incompetentes. O relator, Min. Francisco Falcão, deferiu os pedidos de ingresso e de sobrestamento das ações individuais e coletivas, em trâmite na Justiça Federal e Estadual, bem assim a suspensão dos efeitos das liminares concedidas, designando para resolver sobre medidas urgentes o Juízo da 2ª Vara Federal de Brasília, DF (fls. 4171-4172 e 4177-4179).

Superior Tribunal de Justiça

Idêntico pedido foi formulado por Companhia de Telecomunicações do Brasil Central - CTBC Telecom e por CTBC Celular S/A (fls. 4387-4399), e igualmente deferido pelo relator (fl. 4600).

Brasil Telecom S/A veio aos autos, pela petição de fls. 4762-4763, pugnando pela suspensão de novas ações, ajuizadas após a decisão liminar.

O Ministério Público, no parecer de fls. 5461-5470, opina (a) pelo reconhecimento da competência da Justiça Federal, em função da existência de interesse jurídico da ANATEL, com o conseqüente deslocamento das ações propostas perante a Justiça Estadual; (b) pela competência da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal para as ações coletivas, em virtude do âmbito nacional do dano (art. 93, II, do CDC) e de estar a ANATEL sediada em Brasília, DF; (c) pela competência da Seção Judiciária Federal do domicílio do autor ou na Vara Federal mais próxima, nas ações individuais, de modo a facilitar o acesso à Justiça pelo consumidor; (d) pela competência do Juizado Especial Federal Cível, para o julgamento das ações que se enquadrarem nos requisitos da Lei 10.259/01, já que a competências dos Juizados, onde forem instalados, é absoluta (art. 3º da Lei 10.259/01).

CTBC Telecom (fls. 5494-5496 e 5512-5514) pede a extensão da liminar aos processos cujos números arrola.

Às fls. 5540-5544, autores de ações individuais pedem sua admissão no presente Conflito na condição de "litisconsortes passivos", bem assim o prosseguimento de seus feitos.

Às fls. 5613-5618, autor de ação individual pede o reconhecimento da competência da Justiça Estadual, defendendo ainda a impossibilidade de que ação já sentenciada seja atingida pelos efeitos deste Conflito.

Por fim, a Associação Nacional de Defesa e Informação do Consumidor - ANDICOM formula pedido de reconsideração da decisão que determinou a paralisação da ação civil pública por ela proposta perante a 6ª Vara Federal do Rio Grande do Sul, afirmando ter por objeto questão distinta daquela referente à tarifa de assinatura básica (fls. 5688-5691).

O relator conheceu do conflito de competência e declarou competente o Juízo da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Distrito Federal para os feitos coletivos, sobrestando as ações individuais, incluídas as da Lei 10.259/2001, à consideração de que (a) "evidenciado o interesse jurídico da ANATEL nos processos em trâmite, necessária a sua intervenção nas lides como litisconsorte passiva necessária, o que desloca a competência para a Justiça Federal, a teor do art. 109, inciso I, da CF/88, em face da natureza autárquica de tal entidade"; (b) em atenção aos princípios da economia processual e da segurança jurídica, devem ser reunidas as ações coletivas em um só juízo, que será, no caso, o do Distrito Federal, diante da abrangência nacional do dano e do fato de ter a agência reguladora sede em Brasília; (c) quanto aos feitos individuais, devem tramitar no foro dos consumidores, pela necessidade de facilitar o acesso à justiça à parte hipossuficiente, sendo que, onde houver Juizados Especiais, perante eles deverão ser processados, uma vez atendidos os requisitos da Lei 10.259/01; (d) tendo em vista a possibilidade de decisões conflitantes, e "levando em conta os efeitos *erga omnes* resultantes do julgamento de mérito das ações coletivas já ajuizadas e a possibilidade legal de que haja a suspensão de processos caso a sentença de mérito dependa do julgamento de outra causa, conforme reza o art. 265, IV, 'a', do Código de Processo Civil", as ações individuais ajuizadas devem ser sobrestadas até o julgamento das ações coletivas, suspensão esta que também está prevista no art. 104 do CDC. Foi acompanhado pelos Ministros Luiz Fux e João Otávio de Noronha.

Pedi vista.

2. Algumas premissas conceituais são importantes para a solução da controvérsia aqui posta. A competência originária dos Tribunais é para julgar de conflitos de competência. E, no que se refere ao STJ, é para julgar conflitos de competência entre tribunais ou entre tribunal e juízes a

ele não vinculados ou entre juízes vinculados a tribunais diversos (CF, art. 105, I, *d*). Ora, não se pode confundir conexão de causas ou incompetência de juízo com conflito de competência. A incompetência, inclusive a que porventura possa decorrer da conexão, é controlável, em cada caso, pelo próprio juiz de primeiro grau, mediante exceção, em se tratando de incompetência relativa (CPC, art. 112), ou mediante simples arguição incidental, em se tratando de incompetência absoluta (CPC, art. 113).

Ocorre conflito de competência nos casos do art. 115 do CPC, a saber: "*I - quando dois ou mais juízes se declaram competentes; II - quando dois ou mais juízes se consideram incompetentes; III - quando entre dois ou mais juízes surge controvérsia acerca da reunião ou separação de processos*". No caso dos autos, nenhuma dessas situações está configurada. Não foi demonstrada, nem sequer alegada a existência de manifestação de juízes disputando a competência ou afirmando a incompetência em relação às demandas elencadas na petição.

3. A simples possibilidade de sentenças divergentes sobre a mesma questão jurídica não configura, por si só, conflito de competência. Não existe, em nosso sistema, um instrumento de controle, com eficácia *erga omnes*, da legitimidade (ou da interpretação), em face da lei, de atos normativos secundários (v.g., resoluções) ou de cláusulas padronizadas de contratos de adesão. Também não existe, nem mesmo em matéria constitucional, o instrumento da avocação, que permita concentrar o julgamento de múltiplos processos a respeito da mesma questão jurídica perante um mesmo tribunal e, muito menos, perante juiz de primeiro grau. Assim, a possibilidade de decisões divergentes a respeito da interpretação de atos normativos, primários ou secundários, ou a respeito de cláusulas de contrato de adesão, embora indesejável, é evento previsível, cujos efeitos o sistema busca minimizar com os instrumentos da uniformização de jurisprudência (CPC, art. 476), dos embargos de divergência (CPC, art. 546) e da afetação do julgamento a órgão colegiado uniformizador (CPC, art. 555, § 1º), dando ensejo, inclusive, à edição de súmulas (CPC, art. 479) e à fixação de precedente destinado a dar tratamento jurídico uniforme aos casos semelhantes. Mas a possibilidade de sentenças com diferente compreensão sobre a mesma tese jurídica não configura, por si só, um conflito de competência..

Considera-se existente, porém, conflito positivo de competência ante a possibilidade de decisões antagônicas nos casos em que há processos correndo em separado, envolvendo as mesmas partes e tratando da mesma causa. É o que ocorre, frequentemente, com a propositura de ações populares e ações civis públicas relacionadas a idênticos direitos transindividuais (= indivisíveis e sem titular determinado), fenômeno que é resolvido pela aplicação do art. 5º, § 3º, da Lei da Ação Popular (Lei 4.717/65) e do art. 2º, parágrafo único, da Lei da Ação Civil Pública (Lei 7.347/85), na redação dada pela Medida Provisória 2.180-35/2001.

No caso dos autos, porém, nem essa espécie de conflito positivo existe. O objeto das demandas aqui examinadas não são direitos transindividuais (difusos ou coletivos), e sim direitos individuais homogêneos (= direitos divisíveis, individualizáveis, pertencentes a diferentes titulares). Nessas circunstâncias, a multiplicidade de ações a respeito pode certamente acarretar o risco de sentenças divergentes sobre a tese jurídica debatida, mas não, necessariamente, em causas envolvendo os mesmos sujeitos. Com efeito, veja-se.

4. Ao contrário do que ocorre com os direitos transindividuais — que, por não terem titular determinado, são, necessariamente, tutelados em regime de substituição processual (em ação civil pública ou ação popular) —, os direitos individuais homogêneos podem ser tutelados tanto por ação coletiva (proposta por substituto processual), quanto por ação individual (proposta pelo próprio titular do direito). O sistema da tutela coletiva, disciplinado na Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor - CDC), entretanto, evidencia que entre a ação coletiva e as ações

Superior Tribunal de Justiça

individuais promovidas pelos próprios titulares desses direitos não há litispendência (CDC, art. 104), nem possibilidade de decisões antagônicas. A Lei confere ao titular do direito individual a opção de se vincular ou não à ação coletiva (CDC, art. 94). Caso opte por não se vincular, propondo ou dando seguimento à sua ação individual, o demandante ficará vinculado ao resultado da sua própria demanda, independentemente do que vier a ser decidido na ação coletiva. Isso porque a sentença da ação coletiva somente tem eficácia expansiva (a) em caso de procedência (= para beneficiar os titulares do direito individual) e (b) em favor dos que não propuseram ou que suspenderam o curso de ações individuais (CDC, arts. 103, III, combinado com os §§ 2º e 3º, e 104). Desse conjunto normativo colhe-se (a) que a ação individual pode ter curso independente da ação coletiva superveniente, (b) que a ação individual só se suspende por iniciativa do seu autor e (c) que, não havendo pedido de suspensão, a ação individual não sofre efeito algum do resultado da ação coletiva, ainda que julgada procedente. Ora, se a própria lei admite a convivência autônoma e harmônica das duas formas de tutela, fica afastada a possibilidade de decisões antagônicas e, portanto, o conflito.

Por outro lado, a existência de várias ações coletivas também não representa, por si só, a possibilidade de ocorrer decisões antagônicas envolvendo as mesmas pessoas. É que os substituídos processuais (= titulares do direito individual em benefício de quem se pede tutela coletiva) não são, necessariamente, os mesmos em todas as ações. Pelo contrário: o normal é que sejam pessoas diferentes. Realmente, em se tratando de tutela de direitos individuais homogêneos, há pelo menos três fatores de limitação do âmbito subjetivo dos substituídos, a saber: (a) a representatividade do órgão ou entidade autor da demanda coletiva (= substituto processual), (b) o pedido formulado na demanda e (c) a eficácia subjetiva da sentença imposta por lei, que "*abrangerá apenas os substituídos que tenham, na data da propositura da ação, domicílio no âmbito de competência territorial do órgão prolator*" (Lei 9.494/97, art. 2º-A, introduzido pela Medida Provisória 2.180-35/2001).

5. As ações coletivas elencadas no presente conflito ilustram claramente essas limitações, afastando, conseqüentemente, a superposição das pessoas beneficiadas em cada uma delas. Eis o rol dessas ações coletivas, divididas segundo o Estado em que foram propostas:

| | autor(es) | réu(s) | seção judiciária |
|----|---|--|---|
| RS | Ministério Público Federal | União; ANATEL; Embratel; CRT | 6ª Vara Federal de Porto Alegre |
| SP | Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São José dos Campos e Região | ANATEL; TELESP | 3ª Vara Federal de São José dos Campos |
| | Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor | ANATEL; Brasil Telecom; CTBC Telecom; Sercomtel; Telemar Norte Leste; TELESP | 9ª Vara Federal de São Paulo |
| PR | Ministério Público Federal | União; ANATEL; Embratel; TELEPAR | 3ª Vara Federal e Juizado Especial Federal de Cascavel |
| | Ministério Público Federal | União; ANATEL; Embratel; TELEPAR | 1ª Vara Federal e Juizado Especial Federal de Foz do Iguaçu |
| | Ministério Público Federal | União; ANATEL; Brasil Telecom; Sercomtel; GVT; Vivo; TIM Sul; Claro | 1ª Vara Federal de Londrina |
| SC | PROCON - Departamento Municipal de Defesa do Consumidor | ANATEL; Brasil Telecom | Vara Federal e Juizado Especial Federal de Concórdia |

Superior Tribunal de Justiça

| | | | |
|-----------|---|--|--|
| | PROCON - Coordenadoria Municipal de Defesa do Consumidor | ANATEL; Brasil Telecom | 1ª Vara Criminal e Juizado Especial Federal de Chapecó |
| | PROCON - Programa de Defesa do Consumidor | ANATEL; Brasil Telecom | Vara Federal e Juizado Especial Federal de Lages |
| | Sindicato dos Pescadores do Estado de SC | ANATEL; Brasil Telecom | Vara Federal Ambiental de Florianópolis |
| BA | Ministério Público Federal | ANATEL; Telemar Norte Leste | 1ª Vara Federal de Salvador |
| MG | Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente | ANATEL; CTBC | 3ª Vara Federal de Uberlândia |
| CE | Ministério Público Federal | ANATEL; Telemar Norte Leste | 2ª Vara Federal de Fortaleza |
| RJ | Associação Nacional Centro de Cidadania em Defesa do Consumidor e Trabalhador | ANATEL; Telemar Norte Leste | 20ª Vara Federal do Rio de Janeiro |
| | Instituto Nacional de Defesa do Cidadão Consumidor | ANATEL; Telemar Norte Leste | 1ª Vara Federal de Petrópolis |
| MT | OAB/MT | ANATEL; Brasil Telecom; GVT | Vara Federal de Cuiabá |
| GO | PROCON (Superintendência de Proteção dos Direitos do Consumidor) - Goiás | ANATEL; Brasil Telecom; GVT; Telegoiás; Americel; TIM Centro-sul | 6ª Vara Federal de Goiânia |

Como se percebe, várias das ações coletivas foram propostas por órgãos municipais de defesa do consumidor, a significar que os substituídos processuais (= beneficiados) são apenas os consumidores do respectivo município. Outras foram propostas por Sindicatos (com base territorial limitada) ou por associações, em favor dos membros da categoria indicados em listagem anexada à inicial, os quais, portanto, são os únicos possíveis beneficiados com a sentença de procedência. E, finalmente, há as demandas coletivas, nomeadamente as propostas pelo Ministério Público, em que a eficácia subjetiva do pedido (e, portanto, da sentença) está, expressa ou implicitamente, limitada aos titulares domiciliados no âmbito territorial do órgão prolator.

Ante as circunstâncias do caso, não se evidencia, em nenhuma das ações relacionadas pelo Suscitante, a superposição de ações envolvendo os mesmos substituídos. Assim, ainda que se admita tratar-se de ações conexas, com a possibilidade de decisões divergentes sobre a tese jurídica debatida nas várias demandas, coletivas e individuais, é certo que não há demonstração alguma de que as decisões divergentes atinjam os mesmos assinantes. Fica descartada, portanto, sob esse aspecto, a existência de conflito positivo de competência.

Ainda a propósito, cumpre observar que o possível conflito (de ocorrência improvável, dadas as limitações subjetivas no âmbito da substituição processual de cada demanda), eventualmente estabelecido em face da existência de mais de uma demanda no âmbito de um mesmo Estado ou de mesma base territorial, seria conflito a ser dirimido não pelo STJ, mas pelo Tribunal Regional Federal a que estejam vinculados os juízes porventura conflitantes.

6. É importante atentar, finalmente, para os limites da cognição originária dos tribunais na apreciação das questões relacionadas com a competência para a causa. Ainda que se admita a hipótese de haver incompetência de juízo em relação a alguma das ações indicadas pelo Suscitante, esse vício não pode ser corrigido originariamente pelos tribunais, a não ser quando instalado um conflito de competência, sendo que, conforme já salientado, o eventual conflito de competência entre juízes subordinados ao mesmo tribunal deve ser decidido por esse tribunal local, e não pelo STJ.

Ademais, não se pode confundir incompetência de juízo com ilegitimidade das partes. É

absolutamente inviável que, a pretexto de julgar conflito de competência, o tribunal faça, em caráter originário, sem o crivo das instâncias ordinárias, um julgamento a respeito da legitimidade das partes. Portanto, mesmo nos casos em que as partes processuais (= as indicadas na inicial) não sejam as partes legítimas (= as que, por força de lei, deveriam figurar no processo), o conflito de competência deve ser apreciado e julgado *secundum eventum litis*, vale dizer, em conformidade com o estado atual do processo. Não cabe, no julgamento de conflito, apreciar a legitimidade das partes e muito menos incluir ou excluir figurantes da relação processual. Aliás, nem mesmo o juiz da causa pode, de ofício, determinar a inclusão de terceiro na relação processual, ainda que se trate de litisconsorte passivo necessário. Até nessa extrema hipótese, a inclusão do litisconsorte só pode ocorrer mediante pedido expresso da parte autora (CPC, art. 47, § único).

7. Reitera-se, no particular, a jurisprudência já assentada no STJ, de que é exemplo o AgRg no CC 47.497/PB, julgado por essa 1ª Seção e de que fui relator (DJ de 09.05.2005), com a seguinte ementa:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO PROPOSTA CONTRA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO DE TELEFONIA. CONFLITO DIRIMIDO DE ACORDO COM A SITUAÇÃO OBJETIVAMENTE POSTA NA DEMANDA E DAS PARTES EFETIVAMENTE ENVOLVIDAS NO PROCESSO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1. A competência para a causa é fixada levando em consideração a situação da demanda, tal como objetivamente proposta. Em se tratando de competência em razão da pessoa, o que se considera são os entes que efetivamente figuram na relação processual, e não os que dela poderiam ou deveriam figurar, cuja participação é fato futuro e incerto, dependente do que vier a ser decidido no curso do processo.

2. A competência federal prevista no art. 109, I, da CF, tem como pressuposto a efetiva presença, no processo, de um dos entes federais ali discriminados.

3. No caso concreto, bem ou mal, a demanda foi proposta apenas em face de concessionária de serviço público, pessoa jurídica de direito privado. Enquanto assim permanecer a situação, a competência para a causa é da Justiça Estadual. Caso, no futuro, o processo receber a presença de um ente federal, a competência será deslocada para a Justiça Federal, nos termos, aliás, preconizados pela Súmula 150/STJ.

4. Agravo regimental a que se nega provimento".

Eis o voto de relator então proferido:

"2. Sobre o tema, em caso análogo (Conflito de Competência 39.824-MG, DJ de 19.12.2003) proferi voto no seguinte sentido:

"1. A competência cível da Justiça Federal está definida na Constituição. A regra básica é a do art. 109, I, que atribui aos juízes federais a competência para processar e julgar "as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidente de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e a Justiça do Trabalho". O critério definidor da competência, como se percebe, é *ratione personae*, isto é, leva em consideração a natureza das pessoas envolvidas no processo. É irrelevante, para esse efeito e ressalvadas as exceções mencionados no texto constitucional, a natureza da controvérsia sob o ponto de vista do direito material ou do pedido postos na demanda. Ao lado desse *requisito subjetivo* (a qualidade da pessoa jurídica interessada) a Constituição agrega um *requisito objetivo*: a *efetiva presença* dessa pessoa na relação processual, que

deverá, necessariamente, nela ser figurante na condição de autor, ou de réu, ou como assistente ou como oponente.

2. Tanto a doutrina, quanto a jurisprudência sempre salientaram a indispensabilidade da conjugação desses dois requisitos como pressuposto necessário à fixação da competência federal. Na doutrina, Athos Gusmão Carneiro (*Jurisdição e Competência*, Saraiva, 128 edição, de 2002, págs. 160/161 e 165/166), observa: "A competência das "jurisdições especiais", como já foi dito (verbetes n. 17 a 21), é aquela prevista taxativamente na Constituição da República; por exclusão, as demais causas são processadas e julgadas perante a Justiça comum, ou Justiça ordinária, integrada pelos juízes e tribunais dos Estados e do Distrito Federal. Lei ordinária, ou mesmo lei complementar não poderá ampliar nem restringir a competência das "jurisdições especiais..." (..) No plano cível, a competência da Justiça Federal de primeira instância define-se *ratione personae*, pela condição como parte (ou como assistente da parte) da União, entidade autárquica ou empresa pública (ou fundação) federal- CF. art. 109, I -, bem como nos casos de demandas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País - CF, art. 109, II (se em lugar do Município, ou da pessoa física, for interessada a União, Estado-Membro ou o Distrito Federal, competente originariamente será o STF - CF, art. 102, I, e), e bem assim nos casos de mandado de segurança ou habeas data impetrados contra ato de autoridade federal- CF, art. 109, VIII. (..) **Em assim sendo, é irrelevante para fixar a competência cível da Justiça Federal a circunstância de ser objeto da lide matéria que possa ser considerado de alto interesse da União, salvo se esta (ou entidade pública federal) participa da causa como parte, ou vier a participar como interveniente.**" (sem grifos no original) Vladimir Souza Carvalho (Competência da Justiça Federal, 4º ed., Juruá Editora, 2000, págs. 26/27): "Dentro da competência cível geral, lastreada no inc. I, do art. 109, apenas três pessoas jurídicas gozam do privilégio do foro no juízo federal: A União, as entidades autárquicas e as empresas públicas federais. No campo delimitado pelo inc. I, do art. 109 - reprodução do inc. I, do art. 125, da Carta anterior -, **para que se firme a competência da Justiça Federal, necessário que o ente federal figure na causa como autor, réu, assistente ou oponente.** Ou a competência dos juízes federais condiciona-se que o ente federal ocupe a posição processual de autor, réu, assistente ou oponente (Min. Eduardo Ribeiro, CC 6.870-SE, DJU 27.08.87, p. 17.371, AI 54.207-SP, DJU 11.10.88, p. 25.960, CC 2.146-0-GO, DJU-I 09.09.92, p. 14.320). No referido inciso está a regra geral da competência para apreciação e julgamento das ações contra a União, autarquias federais e empresas públicas federais (Min. Lauro Leitão, AI 42.147-MG, DJU 13.10.83, p. 15.690) e as ações por elas movidas, respeitadas as exceções constitucionais. Sendo a competência em razão das três pessoas e, portanto, *ratione personae*, **não há, nos termos do inciso reportado, competência da Justiça Federal para processar e julgar causa em que as referidas entidades federais de direito público sequer figuram no feito.** Exceto nos casos dos itens III, VIII, IX, do art. 125, CF/69, a competência da Justiça Federal, na jurisdição cível, é *ratione personae*. Determina-se pela presença da União, suas autarquias ou empresas públicas na relação processual como parte, assistente ou oponente (Min. Geraldo Sobral, CC 4. 783-SP, DJU 30.06.83, p. 9.833; Min. Sebastião Reis, CC 3.553-MA, RTFR 80, p. 6). Não estando as partes entre as pessoas descritas no art. 109, inc. I, CF, a competência para o processamento e julgamento do feito refoge à Justiça Federal. Quando na causa não se apresenta qualquer das pessoas constantes do elenco do art. 109, nem o tema sobre que versa a demanda fica situado na moldura que a referida norma traça, da Justiça Federal não é a competência para o

feito (Juiz Silveira Bueno, AI 438-SP, RTRF-3ª Região, n. 11 p. 25; Min. Fontes de Alencar, CC 6.137-7-MG, DJU-I, 07.03.94, p. 3.617). A presença dos três entes federais é de tal forma importante que o Min. Miguel Ferrante chega a frisar que **a competência constitucional da Justiça Federal, por ser *ratione personae*, tem sua fixação condicionada à participação efetiva, na causa, daquelas pessoas jurídicas a que se refere o inciso em objeto** (CC 7.909-RS, DJU 29.08.88, p. 21.207), salientando por seu turno, o Min. Cláudio Santos que cabe à justiça estadual julgar a ação em que não figure na relação qualquer das pessoas jurídicas mencionadas no art. 109, I, da Constituição (CC 11.551-SP, DJU-I 10.04.95, p. 9.244). Ou, como afirma o Min. Fontes de Alencar, da justiça comum estadual é a competência se na causa não se acha ente que reclame a da Justiça Federal (CC 16.539-RGS, DJU-I 26.05.97, p. 22.467). Inexiste competência federal quando o objeto da lide resume-se à controvérsia entre particulares. **Ou seja, não integrando a relação processual qualquer das pessoas elencadas no art. 109, I, CF, não há justificativa para ser declarada a competência da Justiça Federal.** (Juíza Maria Lúcia Luz Leira, AC 95.45914-5- RS, DJU-II 29.11.95, p. 82.798; Min. César Rocha, CC 14. 436-AL, DJU-I 06.05.96, p. 14.362)." (sem grifos no original). Aluísio Gonçalves de Castro Mendes (*Competência Cível da Justiça Federal*, Saraiva, 1998, págs. 34/35 e 65), da mesma forma, entende: "A competência da Justiça Federal é taxativa e vem elencada *numerus clausus* na Constituição da República, arts. 108 e 109, não comportando a ampliação das hipóteses previstas por norma infraconstitucional (...). **Os casos *ratione personae* decorrem da presença da União, entidade autárquica ou empresa pública federal, na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes** (CR, art. 109, I) (...) O texto constitucional estabelece que a atuação das pessoas federais descritas deve dar-se na condição de autor, réu, assistente ou oponente..." (sem grifos no original).

3. Nesse mesmo sentido, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. Veja-se: "COMPETÊNCIA. JUIZ FEDERAL. Não é possível deslocar a competência, ao juiz federal, para processar e julgar ação de cobrança, entre particulares, sem que suceda intervenção da União, ou de autarquia federal, ou de empresa pública federal, a teor do art. 109, da Constituição, na condição de autora, ré, assistente ou oponente. Hipótese em que o BNH, ou seu sucessor, não interveio no feito. Conflito conhecido para declarar-se a competência do Tribunal de Justiça suscitado." (CJ 6866/ES, Tribunal Pleno, Min. Neri da Silveira, DJ de 24/02/89) "CONSTITUCIONAL. JUSTIÇA FEDERAL. COMPETÊNCIA. C.F., ART. 109, I. I. - Nenhuma das pessoas públicas que determinariam a competência da Justiça Federal- C.F., art. 109, I - participa da demanda. Não há falar, portanto, em competência da Justiça Federal. II. - R.E. inadmitido. Agravo não provido." (Ag. Reg. Ag. Instrumento 204619/SP, 2ª T., Ministro Carlos Velloso, STF, DJ de 06/03/98). "JURISDIÇÃO. COMPETÊNCIA. JUSTIÇA FEDERAL. JUSTIÇA ESTADUAL. Compete à Justiça Estadual, e não à Federal, processar e julgar ações cautelar e de conhecimento (declaratória), propostas por alunos contra estabelecimento particular de ensino superior, mesmo quando se discuta interpretação de normas federais a este relativas, quando não ocorre qualquer das hipóteses previstas no art. 125, inciso I, nem se impugna ato de seu diretor mediante mandado de segurança (inciso VIII). Conflito negativo conhecido e declarada a competência da Justiça Estadual." (STF: CJ 6692/RS, Pleno, Min. Sydney Sanches, DJ de 24/06/88.) Nesse último precedente (CJ 6692/RS), o Ministro Sydney Sanches consignou em seu voto: "Trata-se, como se viu do relatório, de uma ação cautelar e outra de conhecimento, esta de natureza declaratória, propostas por alunos contra a Faculdade de Zootecnia, Veterinária e Agronomia de Uruguaiana, em que se discute interpretação de normas federais de

Superior Tribunal de Justiça

ensino superior. Nelas não figuram, como autoras, rés, assistentes ou oponentes, a União, entidade autárquica ou empresa pública federal. Não incide, pois, no caso, o disposto no item I do art. 125 da Constituição Federal. Mesmo em se admitindo que a ré esteja a exercer, como entidade privada de ensino, função delegada pelo Poder Público, não é como autoridade coatora que figura no processo, pois não se trata de mandado de segurança. E a competência da Justiça Federal só tem sido afirmada, nesta Corte, em controvérsia dessa espécie, quando se trata de mandado de segurança, face ao disposto no inciso VIII do art. 125 da C.F. como ocorreu, por exemplo, no RE nº 101.110-SP, 2ª. Turma. j. a 28/6/1984, relator eminente Ministro DJACI FALCÃO: "Ensino superior ministrado por estabelecimento particular. Competência da Justiça Federal para o julgamento de ato praticado pelo seu Diretor. Dissídio com a Súmula nº 155 do Tribunal Federal de Recursos. Aplicação do art. 125, VIII, da Constituição da República. Recurso extraordinário conhecido e provido" (RTJ - 111/779, caso de mandado de segurança). "MANDADO DE SEGURANÇA. Competência. Estabelecimento de Ensino Superior. Compete à Justiça Federal o conhecimento e julgamento de mandado de segurança impetrado por aluno contra ato do Diretor de estabelecimento particular de ensino superior, visto que o indigitado coator exerce atividade delegada pela União. Recurso extraordinário conhecido e provido" (RTJ 111/452, relator Ministro SOARES MUÑOZ – 1ª. T.). Isto posto e adotando, no mais, o que ficou dito pelo MM. Juiz Suscitante (fls. 3/5) e no parecer do Ministério Público Federal (fls. 14/17), conheço do conflito de jurisdição, com base no art. 119, I, "e", segunda hipótese, e declaro a competência da Justiça Estadual, para dar seqüência ao processo, devendo, pois, o E.Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, (suscitado) prosseguir no exame do conflito de competência entre os MM. Juízes de Direito da 1ª Vara Cível Regional do Partenon da comarca de Porto Alegre e da 2ª. Vara Cível da comarca de Uruguaiana (v. fls. 8/10)."

4. Também, deste STJ, desde seus primórdios, seguindo o que já decidia o extinto TFR, há precedentes na mesma linha: "ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. COMPETÊNCIA. ENSINO SUPERIOR. ESTABELECIMENTO PARTICULAR DE ENSINO SUPERIOR. AÇÃO CAUTELAR. MANDADO DE SEGURANÇA. SÚMULA 15-TFR.I- A Súmula 15-TFR, a dizer que compete à Justiça Federal julgar mandado de segurança contra ato que diga respeito ao ensino superior praticado por dirigente de estabelecimento particular, diz respeito apenas ao mandado de segurança. é que, neste caso, o dirigente de estabelecimento de ensino particular se equipara à autoridade, já que exerce atividade delegada do poder público federal. Tratando-se, entretanto, de ação comum – medida cautelar - a competência somente será da Justiça Federal se na causa intervier qualquer dos entes públicos indicados no art. 109, I, da Constituição. II- Conflito julgado procedente. Competência do Juízo Estadual." (STJ: CC 148/DF, 1ª S, Min. Carlos Veloso, DJ de 20/11/89). PROCESSUAL CIVIL - AÇÃO CAUTELAR INOMINADA - CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA - ESTABELECIMENTO PARTICULAR DE ENSINO SUPERIOR - RECUSA DE MATRÍCULA - ART. 109, I E VIII, C. F. -INTERPRETAÇÃO DA SUMULA 15 - TFR -. 1. A tratar, de ato impugnado via "mandamus" revelador do exercício de delegação ajustada a vontade ou determinação de autoridade federal (diretamente ou longa manus), nos limites da delegação, a competência é da Justiça Federal. 2. Quando, porém, o ato corresponde a típica atividade administrativa interna corporis, originariamente ditada nos estatutos e regimento de estabelecimento particular de ensino superior ou não governamental, de regra, a competência deve ser cometida à Justiça Estadual. 3. No caso, instalado o litígio motivando ação cautelar inominada, ausentes da relação processual a União Federal ou alguma de suas autarquias ou empresas públicas (art. 109, I, CF.), a

Superior Tribunal de Justiça

competência está aprisionada à Justiça Estadual. 4. Conflito conhecido e declarada a competência do juiz estadual suscitado." (CC 7322/MG, 1ª S., Min. Milton Luiz Pereira, DJ de 18/04/94). "CONFLITO DE COMPETÊNCIA - MANDADO DE SEGURANÇA. A Justiça Federal é competente para processar e julgar mandado de segurança, imputando ilegalidade de dirigente de estabelecimento particular de ensino superior, nos limites da delegação. Todavia, observa-se a regra geral quando se trata de outro processo." (CC 730/RS, 1ª S., Min. Luiz Vicente Cernicchiaro, DJ de 13/11/89). "CONFLITO DE COMPETÊNCIA. ENSINO SUPERIOR. Se a controvérsia diz respeito ao ensino superior e se trava em mandado de segurança, a competência para dirimi-la é da Justiça Federal, quer se trate de universidade oficial quer se trate de estabelecimento particular, entendendo-se neste último caso que a autoridade impetrada age por delegação do Ministério da Educação (CF, art. 109, inc. VIII). Se o litígio se instala em processo cautelar ou em processo de conhecimento (sob o rito comum ou algum outro procedimento especial que não o do mandado de segurança), a competência para julgá-lo será da Justiça Federal se a universidade for federal e da Justiça Estadual se a instituição de ensino for particular, salvo se dele participar - como autora, ré, assistente ou oponente - União Federal, alguma de suas autarquias ou empresas públicas (CF, art. 109, inc. I). Hipótese em que a ação ordinária foi proposta por particular contra instituição, privada, de ensino. Conflito conhecido para declarar competente o MM. Juiz de Direito da 6ª. Vara Cível de São Gonçalo, RJ." (CC 19409/RJ, 1ª S., Min. Ari Pargendler, DJ de 06/10/1997). "Competência. Conflito. Juízo Estadual e Juízo Federal. Demanda travada entre pessoas não elencadas no art. 109, I, da Constituição. Pretensão fundada em descumprimento de acordo firmado entre as partes. Não figurando a União, autarquia, ou empresa pública federal, como autora, ré, assistente, ou oponente, não se justifica sejam os autos remetidos à Justiça Federal, cuja competência constitucional é taxativa e restrita aos casos previstos no art. 109 da Constituição" (STJ, 2ª Seção, CComp 94.0011805-RO, Rel. Min. Sálvio de Figueiredo, j. 29-3-1995, DJ, 17 abr. 1995, p. 9552). "Competência - Justiça Federal/Justiça Estadual. Eventual interesse da União, ou de outro ente federal, não basta para que se firme a competência do foro federal. Necessário que figure como autora, ré, assistente ou oponente. Cabe ao autor eleger com quem pretende litigar em juízo, assumindo os riscos de eventual erro na escolha. Do equívoco poderá resultar que perca a demanda, mas a pretensão haverá de ser decidida tal como formulada. Ainda em caso de litisconsórcio necessário, o juiz determinará que o autor promova a citação. Se não o fizer, extingue-se o processo, mas, não será forçado a contender com quem não queira. Hipótese em que o réu é ente estadual, não se podendo concluir pela competência federal, apenas por ser firmar um possível interesse da União que, entretanto, não é parte no processo" (STJ, 3ª T., REsp 94.0043531-SP, Rel. Min. Eduardo Ribeiro, j. 26-4-1994, DJ, 23 maio 1994, p. 12606). "Competência. Concurso de Preferência. Intervenção de Autarquia Federal. Ocorrendo simples intervenção da autarquia, sem ostentar a condição de autora, ré, assistente ou oponente, a competência não se desloca para a Justiça Federal. Precedentes do STF, do extinto TFR e do STJ. Conflito conhecido e declarado competente o suscitado" (STJ, 2ª Seção, Ccomp 90.0001576-RS, Rel. Min. Barros Monteiro, j. 10-4-1991, DJ, 27 maio 1991, p. 6936). "PROCESSUAL CIVIL. COMPETÊNCIA JURISDICIONAL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. SUPOSTA PRÁTICA DE CARTEL. AUSÊNCIA DE INTERVENÇÃO DA UNIÃO FEDERAL NO FEITO. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL. 1. A competência da Justiça Federal somente será deslocada na causa em que a União, suas autarquias e suas fundações públicas participem efetivamente como autoras, ré, assistentes ou oponentes (art. 109, inc. I, da CF/88). 2. Conflito conhecido e declarada competente

Superior Tribunal de Justiça

a Justiça Estadual." (CC 34977/SP, 1ª S., Rel. Min. Laurita Vaz, DJ de 07/04/2003, votação unânime). Nesse último precedente, a Min. Laurita Vaz consignou em seu voto: "Como relatei, a ação civil pública foi proposta pelo Ministério Público do Estado de São Paulo em desfavor do AUTO POSTO CIDADE DE MARÍLIA LTDA. e OUTROS. Observa-se, deste modo, que a ação de defesa dos interesses coletivos e difusos sociais foi acoimada por ente legitimado em lei a propô-la, em desfavor de particulares, inexistindo, portanto, na hipótese, competência da Justiça Federal. O Superior Tribunal de Justiça vem reiteradamente decidindo que a competência da Justiça Federal somente será deslocada na causa em que a União, suas autarquias e suas fundações públicas participem efetivamente como autoras, ré, assistentes ou oponentes. Na espécie, então, pouco importa se existe interesse do Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE, ou da Agência Nacional do Petróleo - ANP, pois a Justiça Federal somente será competente a processar e julgar o presente agravo de instrumento se dele participar uma das pessoas referidas no art. 109, inc. I, da Constituição da República. Confira-se, a propósito, os seguintes julgados: "Ementa: CONFLITO DE COMPETÊNCIA POSITIVO - EMPRESA DE RADIODIFUSÃO - COMPOSIÇÃO SOCIETÁRIA - AÇÃO PROPOSTA POR PARTICULAR CONTRA PARTICULAR - INTERESSE DA UNIÃO NÃO CONFIGURADO - REMESSA DOS AUTOS PARA A JUSTIÇA FEDERAL - IMPOSSIBILIDADE. [...] - A União Federal, apenas, intervém no exercício da 'administração pública de interesses privados' para autorizar ou não a composição societária. O seu interesse, que motiva a intervenção da Justiça Federal é o manifestado como ré, assistente ou opoente - acerca do direito sub judice. In casu, não está em jogo direito algum da entidade federal, mas uma providência a ser reclamada junto à União Federal para que se possa considerar validamente integrada a sociedade. Quando muito, haveria uma relação de prejudicialidade entre a autorização da União e o prosseguimento do processo ordinário cível entre os particulares.[...] (CC n.º 34.200/GO, rel. p/acórdão Min. LUIZ FUX; DJ de 23/09/2002, p. 0218). "Ementa: PROCESSO CIVIL. COMPETÊNCIA. O interesse da União, de suas autarquias e empresas públicas não basta para que a causa seja da competência da Justiça Federal; para isso é necessário que pelo menos uma dessas pessoas participe do processo na condição de autora, ré, assistente ou opoente. Conflito conhecido para declarar competente o MM. Juiz de Direito da 3ª Vara de Falências e Concordatas da Comarca do Rio de Janeiro." (CC n.º 30.917/DF, rei. Min. ARI PARGENDLER, DJ de 23/04/2001, p. 00115)

5. Situação diferenciada é a do mandado de segurança e do *habeas-data*, aos quais a Constituição deu disciplina própria. Conforme estabelece o art. 109, VIII da Constituição, são da competência dos juízes federais os mandados de segurança e os *habeas-data* "contra ato de autoridade federal". A essas duas espécies de ações de natureza cível (e ao *habeas corpus*, no plano criminal), a Constituição deu tratamento especial e destacado, não apenas no que se refere à competência dos Juízes Federais, mas também em relação à competência dos demais órgãos do Poder Judiciário, como o STF (art. 102, I, d, i; e II, a), o STJ (art. 105, I, b, c; e II, a, b) e os TRFs (art. 108, I, c, d). Assim o fez, certamente, pela configuração própria que detém essas garantias constitucionais, diferente da que se estabelece nos procedimentos comuns. Nelas, a relação processual se instala validamente com a presença, não da própria pessoa jurídica, mas sim da "autoridade" praticante do ato ou responsável pela omissão que se visa a coibir. O critério continua, como no inciso I, sendo *ratione personae*, com a única peculiaridade de que, aqui, o que se leva em consideração não é o ente com personalidade jurídica (que até pode ser ente privado, em casos de atividade delegada) mas a autoridade detentora do plexo de competência para a prática do ato (ou da omissão) acoimado de causar lesão a direito líquido e

certo.

6. Ora, para efeito de mandado de segurança, a lei considera autoridade federal também o agente de entidade particular relativamente a atos praticados no exercício de função federal delegada (Lei 1.533/51, art. 1º, § 1º). Quanto ao ponto, era assim a jurisprudência já no antigo TFR (súmula 15), formada à luz da Constituição anterior, que tinha, no particular, normatização idêntica à atual.

7. São muitas as atividades de competência da União sujeitas a exercício por delegação (em forma de autorização, permissão ou concessão). Além das relativas ao ensino superior, podem ser elencadas, sem exaustividade, as do art. 21, XI e XII, da Constituição (serviços de energia elétrica, de telecomunicações, de radiodifusão, de navegação aérea ou espacial, de infra-estrutura aeroportuária, de transportes ferroviários e aquaviários, de transportes rodoviários interestadual e internacional de passageiros, de portos marítimos, fluviais e lacustres). Pois bem, relativamente aos atos praticados pelas pessoas de direito privado investidas de atividade delegada, seus atos, ou são de mera gestão interna ou são próprios e típicos da delegação que lhes foi conferida. Qualquer deles, obviamente, pode ser controlado pela via jurisdicional, mas apenas os da segunda espécie é que estão sujeitos a ataque pela via do mandado de segurança. É que tal remédio constitucional é indicado para controle de "ato de autoridade" (ainda que delegada), sendo incabível seu manejo quando se trata de ato de particular.

8. Assim, havendo mandado de segurança contra ato de entidade particular com função delegada, mostra-se logicamente inconcebível hipótese de competência estadual. É que, de duas uma: ou há, nesse caso, ato de autoridade (caso em que se tratará necessariamente de autoridade federal delegada, sujeita à competência federal), ou há ato de particular, e não ato de autoridade (caso em que o mandado de segurança será incabível). É inseparável, aqui, como se percebe, a relação entre as questões que dizem respeito à competência e ao cabimento do mandado de segurança. Ora, ao eleger a via da ação mandamental para tutelar seu direito, o impetrante está afirmando, explícita ou implicitamente, que o ato atacado é ato de autoridade (delegada), e não ato de particular. Bem ou mal, portanto, há indicação de que, no pólo passivo, figura autoridade federal. Saber se isso procede ou não constitui, nas circunstâncias, não matéria de competência, e sim do próprio cabimento da ação e da adequação do procedimento, tema que somente pode ser dirimido pelo próprio juiz da causa. É nessas circunstâncias e para esses efeitos que fará sentido a discussão a respeito da natureza do ato praticado, se ato próprio da atividade delegada ou mero ato particular de gestão. E o juiz competente para tal exame, na hipótese, só pode ser o federal, já que, afirmada - certa ou erradamente - a presença de autoridade federal na relação processual, cumpre ao juiz federal, e não ao estadual, decidir a respeito. É o princípio que inspirou a súmula 60/TFR: "Compete à Justiça Federal decidir da admissibilidade de mandado de segurança impetrado contra atos de dirigentes de pessoas privadas, ao argumento de estarem agindo por delegação do poder público federal". Não é por outra razão que a jurisprudência do STF e do STJ, acima transcrita, diferentemente do que se dá nos procedimentos comuns, é no sentido de que cabe sempre à Justiça Federal processar e julgar mandado de segurança contra ato praticado por agente de entidade particular (nomeadamente em casos de ensino superior). Nesse sentido também: CC 31.846/SP, 2ª S., Min. Antônio de Pádua Ribeiro, DJ de 06/02/2003; CC nº 19.409-RJ, 1ª S., Min. Ari Pargendler, DJ de 06/10/1997, CC nº 22.290-RJ, 1ª S., Min. Aldir Passarinho Júnior, DJ de 26/04/1999; CC nº 30.297-DF, 1ª S., Min. Milton Luiz Pereira, DJ de 28/05/2001; CC 35.721/RO, 1ª S., Min. Teori Albino Zavascki, DJ de 04/08/2003, julgado à unanimidade em 11/06/2003.

9. Em suma, relativamente à competência cível da Justiça Federal prevista na

Superior Tribunal de Justiça

Constituição (art. 109, I e VIII) podemos estabelecer as seguintes conclusões: a) Será da competência federal a causa em que figurar a União, suas autarquias ou empresa pública federal na condição de autora, ré, assistente ou oponente (art. 109, I), mesmo que a controvérsia diga respeito à matéria que não seja de seu interesse. Nesse último caso, somente cessará a competência federal quando a entidade federal deixar de figurar no processo; b) Não é da competência federal, e sim da estadual, por isso, a causa em que não figuram tais entidades, ainda que a controvérsia diga respeito à matéria que possa lhes interessar. Nesse último caso, a competência passará à Justiça Federal se e quando uma das entidades federais postular seu ingresso na relação processual, até porque "compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas" (súmula 150/STJ). c) No que se refere a mandado de segurança, compete à Justiça Federal processá-lo e julgá-lo quando a autoridade apontada como coatora for autoridade federal, considerando-se como tal também o agente de entidade particular investido de delegação pela União. Nesse último caso, é logicamente inconcebível hipótese de competência estadual, já que, de duas uma: ou o ato é de autoridade (caso em que se tratará de autoridade federal delegada, sujeita à competência federal), ou o ato é de particular, e não ato de autoridade (caso em que o mandado de segurança será incabível), e só quem pode decidir a respeito é o juiz federal (súmula 60/TFR).

10. No caso concreto, trata-se de ação de procedimento comum movida por aluno contra entidade de ensino superior do Sistema de Ensino do Estado de Minas Gerais, o que evidencia a competência da Justiça Estadual, porque, além de tudo o que foi exposto acima, este Superior Tribunal de Justiça já se posicionou no sentido de que compete à Justiça Estadual julgar causas contra ato de dirigente de estabelecimento de ensino superior pertencente aos sistemas de ensino dos estados e municípios (CC 8.105-0/SP, 1ª S., Min. Hélio Mosimann, DJ de 12/12/94; CC 2855/PR, 1ª S., Min. José de Jesus Filho, DJ de 20/09/1993; CC 2856/PR, 1ª S., Min. Garcia Vieira, DJ de 29/06/1992; CC 18659/MG, 1ª S., Min. Humberto Gomes de Barros, DJ de 14/04/1997. Esse último ementado da seguinte forma: "COMPETÊNCIA. MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DE DIRIGENTE DE ESTABELECIMENTO DE ENSINO SUPERIOR. I - OS ESTADOS E OS MUNICÍPIOS, NOS TERMOS DA ATUAL CONSTITUIÇÃO, TÊM AUTONOMIA PARA ORGANIZAR E GERIR O SEU SISTEMA DE ENSINO, NÃO EXERCENDO, POIS, NA HIPÓTESE, ATIVIDADE DELEGADA DO PODER FEDERAL. II - COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL". (CC 10567/MG, RELATOR MIN. ASFOR ROCHA - 1ª SEÇÃO, DJ DE 10/10/1994). Essa também era a orientação jurisprudencial do STF. Veja-se, por exemplo, o teor da ementa do RE 95722/SP, Tribunal Pleno, Min. Moreira Alves, DJ de 05/11/82, que, mesmo diante das inovações da CF/88, mantém-se atual: "COMPETÊNCIA. - EM FACE DO 'CAPUT' DO ARTIGO 177 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL COMPETE AOS ESTADOS-MEMBROS E AO DISTRITO FEDERAL ORGANIZAR SEUS SISTEMAS ADMINISTRATIVOS DE ENSINO, SENDO O SISTEMA FEDERAL MERAMENTE SUPLETIVO. - ASSIM, OS DIRIGENTES DE UNIVERSIDADES QUE SEJAM AUTARQUIAS ESTADUAIS - COMO SUCEDE COM A UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO, OU DE UNIDADES QUE A INTEGREM, NÃO PRATICAM ATOS POR DELEGAÇÃO DA UNIÃO FEDERAL. - CONSEQUENTEMENTE, A COMPETÊNCIA PARA O PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DE AÇÕES - INCLUSIVE MANDADO DE SEGURANÇA - CONTRA TAIS ATOS NÃO É DA JUSTIÇA FEDERAL, MAS, SIM, DA JUSTIÇA COMUM DO ESTADO-MEMBRO. RECURSO EXTRAORDINÁRIO CONHECIDO E PROVIDO." Isso posto, conheço do conflito e declaro competente o Juízo de

Superior Tribunal de Justiça

Direito da 1ª Vara Cível de Patos de Minas-MG, o suscitante. É o voto".

3. Ora, no caso concreto, a ação civil pública - bem ou mal - foi proposta apenas contra a Tim Nordeste Telecomunicações S/A, concessionária de serviço público de telefonia, com foro na Justiça Estadual. Assim estruturada a relação processual, não se pode transferir a competência da Justiça Federal, até porque, conforme já decidiu esta Primeira Seção, no CC 20.606/MA, 1ª S., Min. Ari Pargendler, DJ de 24/11/97, "no conflito de competência, não se discute a legitimidade de parte; nele se decide levando em consideração unicamente quem participa do processo, e à vista do princípio de que a ação é dimensionada pelo autor, e não pelo réu". Caso, no futuro, o processo receber a presença efetiva de um ente federal, a competência será deslocada, nos termos, aliás, do que prevê a súmula 150/STJ.

4. Pelas considerações expostas, nego provimento ao agravo. É o voto."

8. Reitera-se, outrossim, que a Seção já se pronunciou inúmeras vezes sobre a questão relacionada com a competência para o julgamento de causas envolvendo os serviços públicos de telefonia. Invariavelmente tem decidido no sentido de que a competência é da Justiça Estadual, a não ser quando, na causa, figurar — na condição de autor, réu, assistente ou oponente — um dos entes federais elencados no art. 109, I, da Constituição, hipótese em que a competência será da Justiça Federal, *si et in quantum* tal ente for mantido na relação processual. Nesse sentido:

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA NEGATIVO. JUÍZO DE DIREITO *VERSUS* JUÍZO FEDERAL. AÇÃO DECLARATÓRIA CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO PROMOVIDA CONTRA CONCESSIONÁRIA DE TELEFONIA (BRASIL TELECOM S/A). ASSINATURA BÁSICA RESIDENCIAL. DECLARAÇÃO DE INTERESSE DE ENTE FEDERAL AFASTADO PELA JUSTIÇA FEDERAL. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1. Trata-se de conflito de competência suscitado pelo Juízo de Direito de Mondai/SC em face do Juízo Federal de São Miguel do Oeste - SJ/SC, nos autos de ação declaratória de nulidade c/c repetição de indébito visando ao afastamento da cobrança mensal da 'Assinatura Básica Residencial' por concessionária de telefonia (Brasil Telecom S/A). O Juízo Estadual declinou da competência sob a alegação de que a ANATEL deve atuar como litisconsorte passiva necessária, posto tratar-se de serviço de utilidade pública e a sua contraprestação se perfazer com o pagamento de tarifa, cuja modificação e fixação sempre é vinculada à autorização do poder concedente, o que atrai a competência da Justiça Federal. O Juízo Federal, por seu turno, argumentou que a relação jurídica se desenvolve entre o usuário do serviço de telefonia e a concessionária, independentemente do liame estabelecido entre a concessionária e o poder concedente. Concluiu por reconhecer a ausência de legitimidade da ANATEL para integrar a lide. Dispensada a remessa dos autos para parecer ministerial.

2. A ação tem como partes, de um lado, consumidor, de outro, a Brasil Telecom S/A, empresa privada concessionária de serviço público. Ausência da ANATEL em qualquer pólo da demanda.

3. Competência da Justiça Estadual. Precedentes: CC nº 47.129/SC, Rel. Min. João Otávio de Noronha, 18.02.05; CC nº 47.028/SC, Rel. Min. Teori Zavascki, 7.12.2004; CC nº 35.386/RR, Rel. Min. Teori Zavascki, 29.09.03.

4. Conflito conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito de Mondai/SC, suscitante." (CC 48.447/SC, Min. José Delgado, DJ de 13.06.2005)

"CONFLITO DE COMPETÊNCIA. ASSINATURA BÁSICA RESIDENCIAL. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO. BRASIL TELECOM

Superior Tribunal de Justiça

S/A. EMPRESA CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA UNIÃO OU QUAISQUER DOS ENTES ELENCADOS NO ART. 109 DA CF/88. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1. Ação proposta em face de empresa concessionária de telefonia objetivando o reconhecimento da ilegalidade da 'Assinatura Básica Residencial', bem como a devolução dos valores pagos desde o início da prestação dos serviços.
2. Deveras, tratando-se de relação jurídica instaurada em ação entre a empresa concessionária de serviço público federal e o usuário, não há interesse na lide do poder concedente, no caso, a União, falecendo, *a fortiori*, competência à Justiça Federal.
3. Como bem destacou o Juízo Federal: '(...) Tenho que o presente Juízo é absolutamente incompetente para processar e julgar o feito, porquanto não vislumbro o interesse da União no caso em comento. Isto porque o fato de a ANATEL, enquanto agência reguladora, ser responsável pela expedição de resoluções normativas, não acarreta a responsabilidade jurídica dela ou da União para responder em ação onde se questiona a validade de tarifa cobrada pela concessionária, com a devolução dos valores pagos a maior. A função da ANATEL é regular e fiscalizar a qualidade dos serviços prestados, sendo que a tarifa atacada não é auferida por ela, tampouco pela União. Portanto, a suspensão de sua cobrança ocasionará danos exclusivamente à concessionária, que é quem se beneficia com o recebimento das quantias pagas, de modo que possíveis conseqüências de ordem patrimonial que esta última venha a sofrer serão por esta suportadas e futura revisão no contrato de concessão não altera a competência para o julgamento do presente feito. A relação jurídica, na hipótese vertente, desenvolve-se entre o usuário do serviço e a concessionária, a qual é independente da relação constituída entre a concessionária e o poder concedente.' Ademais, sequer cabe à Justiça Estadual sindicar do potencial interesse da Justiça Federal. (Súmula 150 do STJ)
4. Conflito conhecido para declarar competente o Juízo de Direito do Juizado Especial Cível de Criciúma-SC, o suscitante." (CC 47.032/SC, Min. Luiz Fux, DJ de 16.05.2005)

"CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. SERVIÇOS DE TELEFONIA. ASSINATURA BÁSICA RESIDENCIAL OU COMERCIAL. COBRANÇA. AÇÃO DECLARATÓRIA DE ILEGALIDADE CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO. UNIÃO. AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL. INTERESSE AFASTADO PELA JUSTIÇA FEDERAL. SÚMULA N.º 150/STJ. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA ESTADUAL.

1. Se o Juízo Federal entende inexistir interesse jurídico da União ou da ANATEL que justifique o processamento do feito naquela Justiça especializada, não há como afastar-se a competência estadual, a teor do que enuncia a Súmula 150/STJ, segundo a qual "compete à Justiça Federal decidir sobre a existência de interesse jurídico que justifique a presença, no processo, da União, suas autarquias ou empresas públicas".
2. Conflito de competência conhecido para declarar-se competente o Juízo de Direito do Juizado Especial Cível de Criciúma/SC, o suscitante." (CC 47.016/SC, Min. Castro Meira, DJ de 18.04.2005)

9. Em suma, ficou evidenciado que, na presente hipótese, não há conflito de competência, nem positivo, nem negativo, a ser dirimido pelo Tribunal. O próprio pedido formulado pela Suscitante — para "ver definido o juízo competente para o julgamento de diversas demandas de índole coletiva e individual, cujo objeto é a discussão a respeito da validade da assinatura básica cobrada

Superior Tribunal de Justiça

pelas operadoras de serviço de telefonia fixo comutado - STFC, tarifa esta autorizada contratualmente pela ora suscitante" (fl. 7) — não passa de um pedido para fixar a competência, não sendo pedido para dirimir um conflito. Por outro lado, a intervenção, nesse incidente, da Brasil Telecom S/A, da Companhia de Telecomunicações do Brasil Central - CTBC Telecom e da CTBC Celular S/A — que pleitearam seu ingresso na qualidade de assistentes litisconsorciais da Suscitante, sob alegação de que, sendo também concessionárias do STFC, têm interesse no deslinde do feito, noticiando a existência de outras demandas, "sobre as quais a liminar deve ter seus efeitos estendidos" —, fica prejudicada, em razão do não-conhecimento do pedido principal. Ainda que assim não fosse, seu pedido não poderia ser acolhido também pela razão de que, sem noticiar qualquer conflito, essas concessionárias deduzem pretensão inteiramente dissociada do âmbito de um conflito de competência. A eventual incompetência de juízo, que alegam existir, deve ser dirimida, enquanto não ocorrer hipótese do art. 115 do CPC, nas vias ordinárias.

10. O pedido de suspensão das ações individuais até o julgamento das ações coletivas, além de estranho aos limites do conflito de competência, não pode ser acolhido, não apenas pela autonomia de cada uma dessas demandas, mas também pela circunstância de que as ações individuais, na maioria dos casos, foram propostas por quem não figura como substituído processual em qualquer das ações coletivas. Suspender o curso dessas ações significa, portanto, negar, na prática, acesso ao Judiciário.

11. Ante o exposto, não conheço do conflito de competência. É o voto.

Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 47.731 - DF (2005/0010679-9)

RELATOR : **MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AUTOR : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS
RÉU : AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL
PROCURADOR : ANTÔNIO DOMINGOS TEIXEIRA BEDRAN E OUTROS
SUSCITANTE : AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL
ASSIST.LIT : COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM

ADVOGADO : JOSÉ ANTÔNIO LOMONACO
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE BRASÍLIA - SJ / DF
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 20A VARA DE BRASÍLIA - SJ/DF
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DE PORTO ALEGRE - RS
SUSCITADO : JUÍZO DA 1A VARA FEDERAL DE ARAÇATUBA - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 8A VARA DE CAMPINAS - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 7A VARA DE CAMPINAS - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 4A VARA DE CAMPINAS - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE FRANCA - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE FRANCA - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE MARÍLIA - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE MARÍLIA - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE MARÍLIA - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE ORLÂNDIA - SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE PIRACICABA - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE PRESIDENTE PRUDENTE - SJ/SP

SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 4A VARA DE RIBEIRÃO PRETO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE RIBEIRÃO PRETO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 7A VARA DE RIBEIRÃO PRETO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DE RIBEIRÃO PRETO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO - SJ/SP

SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SJ/SP

SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SJ/SP

SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE SANTO ANDRÉ - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE SANTO ANDRÉ - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE SANTOS - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 4A VARA DE SANTOS - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE SANTOS - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 8A VARA CÍVEL DE SANTOS - SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL 3A VARA DE SÃO PAULO - SJ/ SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 9A VARA DE SÃO PAULO- SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE SÃO PAULO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 16A VARA DE SÃO PAULO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 23A VARA DE SÃO PAULO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 15A VARA DE SÃO PAULO - SJ/SP

Superior Tribunal de Justiça

SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 19A VARA DE SÃO PAULO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE TAUBATÉ - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE CASCAVEL - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE FOZ DE IGUAÇU - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE CURITIBA - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 5A VARA DE CURITIBA - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE LONDRINA - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DE CURITIBA - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA VARA DE CONCÓRDIA - SJ/SC
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE CHAPECÓ - SJ/SC
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA VARA DE LAGES - SJ/SC
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE FLORIANÓPOLIS - SJ/SC
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE SALVADOR - SJ/BA
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE UBERLÂNDIA - SJ/MG
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE FORTALEZA - SJ/CE
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 5A VARA DE FORTALEZA - SJ/CE
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DE FORTALEZA - SJ/CE
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE LINHARES - ES
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVIL DE LINHARES - ES
SUSCITADO : TERCEIRA CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 20A VARA DO RIO DE JANEIRO - SJ/RJ
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE PETRÓPOLIS - SJ/RJ
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE CUIABÁ - SJ/MT
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE CUIABÁ - SJ/MT
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DE GIOÂNIA - SJ/GO
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 7A VARA DE GOIÂNIA - SJ/GO
LITIS. PAS : BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO : MARCELO RIBEIRO DE OLIVEIRA E OUTROS

ADITAMENTO AO VOTO-VENCIDO

O EXMO. SR. MINISTRO LUIZ FUX: Há conflito positivo de competência quando dois ou mais juízes praticam atos incompatíveis em processos sob sua jurisdição. Então, se um juiz defere uma medida e outro juiz indefere outra, evidentemente há conflito de competência. Esses atos geradores da incompatibilidade podem ser, inclusive, segundo nosso aresto, um conflito em potencial, atos potencialmente contraditórios - admito, pois, o conflito de competência.

A grande realidade é saber se podemos conviver com nossa função, tal como prevista na Constituição Federal, assistindo passivamente, chegarem aqui com mil ações com decisões diferentes sobre a mesma matéria. Isso significa abdicar do dever de velar pela cláusula máxima consecutória da tutela da dignidade da pessoa humana, que é a igualdade. Sabemos que um dos fatores que levou o Poder Judiciário a um profundo descrédito perante a opinião pública foi a falta de sintonia

nas decisões. Citei uma vez um exemplo: um leigo pergunta para um outro qual é o juiz dele, pensando que poderia ir ao juiz do outro e conseguir o mesmo que o outro conseguiu, porque não conhece o princípio do juízo natural.

No meu modo de ver, a conexão é inegável. Aliás, o Sr. Ministro Teori Albino Zavascki entende que elas são conexas. Além do mais, não estamos julgando litígios individuais, mas uma discussão relativa a um ato-base genérico, que é o ato da agência que intervém quando instituiu a tarifa básica, sem considerarmos alguns aspectos práticos de que, se isso eventualmente vier a surpreender as partes em conflito, certamente essas empresas - e temos assistido a isso com constância na Corte Especial - reclamarão na Corte Especial para fazer valer a condição originária da concessão, sob pena de repassar para o consumidor, num tiro às avessas, a onerosidade pela impossibilidade de cobrar a tarifa básica que a agência reguladora autorizou.

Um outro argumento subjacente que gostaria de trazer é no sentido de que as ações individuais recorrentes nos juizados especiais têm a finalidade de transformar aqueles resultados individuais em resultados transindividuais. Essas ações repetidas nos juizados especiais estão fazendo as vezes de ações coletivas de altíssima complexidade - vejam agora como estamos nos deparando com essa dificuldade toda - nos juizados especiais, que não têm a menor competência para julgar tais causas. Na verdade, é um simulacro de uma ação individual.

Esta é uma ação coletiva, que versa e que interessa a todos. Uma ação dessa tem gerado a repetição de inúmeras ações. Nossa opção na vida é: ira ou amor. Temos que fazer uma opção. Vamos receber cem mil ações, cada uma com uma decisão diferente e vamos bater no peito que somos um tribunal da cidadania, mas violando a isonomia, ou daremos uma solução para essa questão, que é nacional?

Diante desse panorama, reformulando meu voto, já que entendo que não podem permanecer nos juizados especiais, assento que a *ratio essendi* da conexão das ações coletivas é manter a uniformidade das decisões, do contrário, estaremos criando, com as ações coletivas, a possibilidade de decisões contraditórias, isto é, estamos indo na contramão da finalidade do instituto.

Sugiro que todas as ações sejam reunidas no juízo federal para uma decisão única, porque, mesmo aquela primeira solução de grupos ficarem em locais diferentes, gera a possibilidade de essas decisões serem contraditórias nesses grupos. Essa é a complementação da minha sugestão de voto.

Superior Tribunal de Justiça

Acompanho o voto do Sr. Ministro-Relator.

PRESIDENTE O SR. MINISTRO FRANCIULLI NETTO

RELATOR O SR. MINISTRO FRANCISCO FALCÃO

PRIMEIRA SEÇÃO: 14/9/2005

Nota Taquigráfica



Superior Tribunal de Justiça

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 47.731 - DF (2005/0010679-9)

RELATOR : **MINISTRO FRANCISCO FALCÃO**
AUTOR : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS
RÉU : AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL
PROCURADOR : ANTÔNIO DOMINGOS TEIXEIRA BEDRAN E OUTROS
SUSCITANTE : AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL
ASSIST.LIT : COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM

ADVOGADO : JOSÉ ANTÔNIO LOMONACO

SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE BRASÍLIA - SJ / DF
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 20A VARA DE BRASÍLIA - SJ/DF
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DE PORTO ALEGRE - RS
SUSCITADO : JUÍZO DA 1A VARA FEDERAL DE ARAÇATUBA - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 8A VARA DE CAMPINAS - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 7A VARA DE CAMPINAS - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 4A VARA DE CAMPINAS - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE FRANCA - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE FRANCA - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE MARÍLIA - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE MARÍLIA - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE MARÍLIA - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE ORLÂNDIA - SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE PIRACICABA - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE PRESIDENTE PRUDENTE - SJ/SP

SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 4A VARA DE RIBEIRÃO PRETO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE RIBEIRÃO PRETO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 7A VARA DE RIBEIRÃO PRETO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DE RIBEIRÃO PRETO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO - SJ/SP

SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SJ/SP

SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SJ/SP

SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE SANTO ANDRÉ - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE SANTO ANDRÉ - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE SANTOS - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 4A VARA DE SANTOS - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE SANTOS - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 8A VARA CÍVEL DE SANTOS - SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL 3A VARA DE SÃO PAULO - SJ/ SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 9A VARA DE SÃO PAULO- SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE SÃO PAULO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 16A VARA DE SÃO PAULO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 23A VARA DE SÃO PAULO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 15A VARA DE SÃO PAULO - SJ/SP

Superior Tribunal de Justiça

SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 19A VARA DE SÃO PAULO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE TAUBATÉ - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE CASCAVEL - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE FOZ DE IGUAÇU - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE CURITIBA - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 5A VARA DE CURITIBA - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE LONDRINA - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DE CURITIBA - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA VARA DE CONCÓRDIA - SJ/SC
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE CHAPECÓ - SJ/SC
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA VARA DE LAGES - SJ/SC
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE FLORIANÓPOLIS - SJ/SC
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE SALVADOR - SJ/BA
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE UBERLÂNDIA - SJ/MG
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE FORTALEZA - SJ/CE
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 5A VARA DE FORTALEZA - SJ/CE
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DE FORTALEZA - SJ/CE
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE LINHARES - ES
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVIL DE LINHARES - ES
SUSCITADO : TERCEIRA CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 20A VARA DO RIO DE JANEIRO - SJ/RJ
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE PETRÓPOLIS - SJ/RJ
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE CUIABÁ - SJ/MT
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE CUIABÁ - SJ/MT
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DE GIOÂNIA - SJ/GO
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 7A VARA DE GOIÂNIA - SJ/GO
LITIS. PAS : BRASIL TELECOM S/A
ADVOGADO : MARCELO RIBEIRO DE OLIVEIRA E OUTROS

VOTO-VOGAL

O SR. MINISTRO CASTRO MEIRA: Sr. Presidente, por saber da complexidade da matéria, procurei fazer um levantamento sobre as ocorrências similares. Verifiquei que, pelo menos em 40 conflitos de competência, já houve julgamentos desta Seção, sendo 26 por decisão monocrática e 14 por relatório e voto. Entre os Ministros que proferiram decisões monocráticas a respeito da matéria, sem se preocupar em determinar reunião dos feitos na Justiça do Distrito Federal, estão: eu mesmo, os Srs. Ministros Franciulli Netto, João Otávio de Noronha, José Delgado, Teori Albino Zavascki, Denise Arruda, Luiz Fux e Francisco Falcão.

Peço vênha, não obstante o sempre brilhante voto do Sr. Ministro Luiz Fux, para dissentir nessa parte. Em primeiro lugar, o provável problema do julgamento de 100 mil ações sobre o tema não

Superior Tribunal de Justiça

será resolvido por meio do conflito de competência, porque as partes terão um julgamento; em todos esses julgamentos, haverá apelações e, provavelmente, recursos especiais que chegarão ao STJ.

O segundo ponto diz respeito à possibilidade de decisões contraditórias. Essa tem sido uma preocupação de todos desde que ingressamos na magistratura. Não há nada que mais desprestige a Justiça do que decisões em sentido diversos, pessoas que estão na mesma situação e têm seus pleitos decididos de modo divergente.

Recordo-me, quando ainda Juiz Federal no Estado de Sergipe, de que havia uma matéria em que julguei um mandado de segurança de dois servidores da Receita Federal. Uma das minhas sentenças foi confirmada, até com elogios do Relator, e outra reformada. Hoje há dois cidadãos que têm a mesma situação e com uma diferença nos proventos bastante grande.

Essa situação tem que ser entregue ao legislador, que poderá resolvê-la pela advocatária. Entretanto, não podemos neste momento julgar a questão de mérito.

Outro ponto que teria que ser lembrado é a questão do juízo natural, que é também um princípio da Constituição. Como se questionou o Sr. Ministro José Delgado: vamos obrigar que alguém do interior do Amazonas, do Amapá, do Acre tenha que, necessariamente, reivindicar seus direitos perante o Juiz da 2ª Vara do Distrito Federal?

Não obstante existirem ações coletivas, o Código do Consumidor assegura às partes o direito a ajuizar individualmente a sua ação, não ficando inibido desse ponto. De tal modo que sei que essa situação é preocupante, mas me sinto inibido de resolvê-la já que a lei não me deu o poder, **data vênia**, de resolver todas as questões, ainda que estejamos no Superior Tribunal de Justiça. Lembrou bem o voto do Sr. Ministro Teori Albino Zavascki: há situações em que não existe um conflito, pelo menos no modo tradicional como encaramos.

Rendo as minhas homenagens aos conceitos aqui emitidos pelo Sr. Ministro Luiz Fux, mas ainda sou, nesse ponto, conservador, entendendo que os conflitos são positivos quando dois juízes querem julgar uma causa, ou negativos quando ambos se consideram impedidos, ou, por algum modo, não se consideram aptos a julgar aquela causa.

De tal modo que, com essas breves considerações – também recebi os memoriais com os pareceres, mas penso que são questões para se levar a uma meditação mais profunda, por ocasião da reforma que se está fazendo das leis processuais –, não encontro respaldo na legislação atual para adotar o posicionamento adotado.

Peço vênia ao Sr. Ministro-Relator e aos que o acompanharam, para seguir o voto do eminente Ministro Teori Albino Zavascki, em todos os seus termos.

Superior Tribunal de Justiça

É como voto.



CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 47.731 - DF (2005/0010679-9)

VOTO-VENCIDO

EXMA. SRA. MINISTRA ELIANA CALMON: Sr. Presidente, voto no sentido da reunião de todas as ações coletivas na 2ª Vara da Seção Judiciária de Brasília, com a continuidade das ações individuais.



CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 47.731 - DF (2005/0010679-9)

VOTO-DESEMPATE

EXMO. SR. MINISTRO FRANCIULLI NETTO:

Srs. Ministros, como houve empate, quatro votos que não conhece do conflito (os votos dos Srs. Ministros Teori Albino Zavascki, Castro Meira, Denise Arruda e Francisco Peçanha Martins), e outros quatro que acompanham o voto do Sr. Ministro-Relator (votos dos Srs. Ministros Relator, Luiz Fux, João Otávio de Noronha e Eliana Calmon), desempato o julgamento. Não conheço do Conflito de Competência 47.731/DF. Acompanho o voto do Sr. Ministro Teori Albino Zavascki no Conflito de Competência 48.106/DF e no Conflito de Competência 48.177/SP.

Acompanho, também, a divergência lavrada pelo Sr. Ministro Teori Albino Zavascki. A essa altura, abstenho-me, porque o assunto amplamente debatido; e comungo, tanto do voto do Sr. Ministro Teori Albino Zavascki como das considerações bem feitas pelos Srs. Ministros Castro Meira, Denise Arruda e Francisco Peçanha Martins. Faço desses excelentes votos meus argumentos, por não poder e não ter força de fazer o melhor.

MINISTRO LUIZ FUX
Art. 52, IV, b, do RISTJ

**CERTIDÃO DE JULGAMENTO
PRIMEIRA SEÇÃO**

Número Registro: 2005/0010679-9

CC 47731 / DF

Números Origem: 10572004 18982004 199970050032821 200170020006695 200171000025753
200381000158716 2004106209 200433000218446 200434000016631
200434000294592 200435000101489 200435000186704 200438030061819
200451010203981 200451060012289 200461000206022 200461000226021
200461000253085 200461000253632 200461000264927 200461000294063
200461020085613 200461020085662 200461020101151 200461020101217
200461030061435 200461040063088 200461040063106 200461040078274
200461040098108 200461050099468 200461050099493 200461050099500
200461060063100 200461060090942 200461070048090 200461090053959
200461110025022 200461110027754 200461110028436 200461120063342
200461130028867 200461130031192 200461140061491 200461210034550
200461260045324 200461260046470 200470000245181 200470000268284
200470000330846 200470000341480 200470010084080 200472000149792
200472020029172 200472060015470 200472120008063 200481000204690 200494307
300400096387 30040077189 30040079805 30040082411 30049001263 30049001271

EM MESA

JULGADO: 14/09/2005

Relator

Exmo. Sr. Ministro **FRANCISCO FALCÃO**

Relator para Acórdão

Exmo. Sr. Ministro **TEORI ALBINO ZAVASCKI**

Presidente da Sessão

Exmo. Sr. Ministro **FRANCIULLI NETTO**

Subprocurador-Geral da República

Exmo. Sr. Dr. **AURÉLIO VIRGÍLIO VEIGA RIOS**

Secretária

Bela. Zilda Carolina Vêras Ribeiro de Souza

AUTUAÇÃO

| | |
|------------|---|
| AUTOR | : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL E OUTROS |
| RÉU | : AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL |
| PROCURADOR | : ANTÔNIO DOMINGOS TEIXEIRA BEDRAN E OUTROS |
| SUSCITANTE | : AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES - ANATEL |
| ASSIST.LIT | : COMPANHIA DE TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL - CTBC TELECOM |
| ADVOGADO | : JOSÉ ANTÔNIO LOMONACO |
| SUSCITADO | : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE BRASÍLIA - SJ / DF |
| SUSCITADO | : JUÍZO FEDERAL DA 20A VARA DE BRASÍLIA - SJ/DF |
| SUSCITADO | : JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DE PORTO ALEGRE - RS |
| SUSCITADO | : JUÍZO DA 1A VARA FEDERAL DE ARAÇATUBA - SJ/SP |
| SUSCITADO | : JUÍZO FEDERAL DA 8A VARA DE CAMPINAS - SJ/SP |
| SUSCITADO | : JUÍZO FEDERAL DA 7A VARA DE CAMPINAS - SJ/SP |
| SUSCITADO | : JUÍZO FEDERAL DA 4A VARA DE CAMPINAS - SJ/SP |
| SUSCITADO | : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE FRANCA - SJ/SP |

Superior Tribunal de Justiça

SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE FRANCA - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE MARÍLIA - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE MARÍLIA - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE MARÍLIA - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA VARA ÚNICA DE ORLÂNDIA - SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE PIRACICABA - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE PRESIDENTE PRUDENTE - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 4A VARA DE RIBEIRÃO PRETO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE RIBEIRÃO PRETO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 7A VARA DE RIBEIRÃO PRETO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DE RIBEIRÃO PRETO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE SÃO BERNARDO DO CAMPO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE SÃO JOSÉ DOS CAMPOS - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE SANTO ANDRÉ - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE SANTO ANDRÉ - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE SANTOS - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 4A VARA DE SANTOS - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE SANTOS - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 8A VARA CÍVEL DE SANTOS - SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL 3A VARA DE SÃO PAULO - SJ/ SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 9A VARA DE SÃO PAULO- SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE SÃO PAULO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 16A VARA DE SÃO PAULO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 23A VARA DE SÃO PAULO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 15A VARA DE SÃO PAULO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 19A VARA DE SÃO PAULO - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE TAUBATÉ - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE CASCAVEL - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE FOZ DE IGUAÇU - SJ/SP
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE CURITIBA - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 5A VARA DE CURITIBA - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE LONDRINA - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DE CURITIBA - SJ/PR
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA VARA DE CONCÓRDIA - SJ/SC
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE CHAPECÓ - SJ/SC
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA VARA DE LAGES - SJ/SC
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE FLORIANÓPOLIS - SJ/SC
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE SALVADOR - SJ/BA
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE UBERLÂNDIA - SJ/MG
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE FORTALEZA - SJ/CE
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 5A VARA DE FORTALEZA - SJ/CE
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DE FORTALEZA - SJ/CE
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 1A VARA CÍVEL DE LINHARES - ES
SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CIVIL DE LINHARES - ES
SUSCITADO : TERCEIRA CÂMARA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO
ESPÍRITO SANTO
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 20A VARA DO RIO DE JANEIRO - SJ/RJ
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE PETRÓPOLIS - SJ/RJ
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE CUIABÁ - SJ/MT
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 3A VARA DE CUIABÁ - SJ/MT
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 6A VARA DE GIOÂNIA - SJ/GO
SUSCITADO : JUÍZO FEDERAL DA 7A VARA DE GOIÂNIA - SJ/GO
LITIS. PAS : BRASIL TELECOM S/A

Superior Tribunal de Justiça

ADVOGADO : MARCELO RIBEIRO DE OLIVEIRA E OUTROS

ASSUNTO: Tributário - Tarifa - Telecomunicações

CERTIDÃO

Certifico que a egrégia PRIMEIRA SEÇÃO, ao apreciar o processo em epígrafe na sessão realizada nesta data, proferiu a seguinte decisão:

"Prosseguindo no julgamento, a Seção, por maioria, após o voto de desempate do Sr. Ministro Franciulli Netto (Presidente), não conheceu do conflito, vencidos os Srs. Ministros Francisco Falcão (Relator), Luiz Fux, João Otávio de Noronha e Eliana Calmon."

Os Srs. Ministro Castro Meira, Denise Arruda, Francisco Peçanha Martins e Franciulli Netto (voto-desempate) votaram com o Sr. Ministro Teori Zavascki (voto-vista), que lavrará o acórdão.

Não participou do julgamento o Sr. Ministro José Delgado (RISTJ, art. 162, § 2º).
Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Franciulli Netto.

Brasília, 14 de setembro de 2005

Zilda Carolina Vêras Ribeiro de Souza
Secretária